



**Escola Superior  
de Educação**

Politécnico de Coimbra

# **À “descoberta” da história de Coimbra: a mobilização de recursos patrimoniais locais no ensino-aprendizagem da História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico**

**Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra**

**Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Português e de História e  
Geografia de Portugal do 2.º Ciclo do Ensino Básico**



**Escola Superior  
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Marta Isabel Reis Portela

À “descoberta” da história de Coimbra: a mobilização de recursos patrimoniais locais no ensino-aprendizagem da História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico

Relatório Final do Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal do 2.º Ciclo do Ensino Básico, apresentado ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri

Presidente: Prof. Doutora Natália de Jesus Albino Pires

Arguente: Prof. Doutora Ana Paula Ramos Ferreira

Orientador: Prof. Doutora Maria do Rosário Castiço de Campos

Fevereiro, 2021





### **Agradecimentos**

Às crianças, com as quais desenvolvi este projeto e que me permitiram fazer parte da vida delas, o meu obrigada por me terem ensinado tanto e por me acolherem tão bem.

À minha família, pais e avó, em particular, pela força que me deram durante o meu percurso académico e por nunca me terem deixado esmorecer.

À minha irmã que me inspira e que me faz refletir em todas as decisões da minha vida e ao meu sobrinho que me enche de alegria todos os dias.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria do Rosário Castiço de Campos, pela orientação, paciência e pelo apoio e disponibilidade.

Aos professores que me acompanharam durante o meu percurso no ensino superior e me fizeram crescer a nível profissional e pessoal.

À professora cooperante que me recebeu tão bem na sua turma e me deixou desenvolver todas atividades que lhe apresentei.

Aos meus colegas e amigos que me motivaram sempre e nunca deixaram que o desespero falasse mais alto.

A todos, o meu muito obrigada.

## **À “descoberta” da história de Coimbra: a mobilização de recursos patrimoniais locais no ensino-aprendizagem da História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico**

Resumo: O Relatório que apresentamos implicou uma investigação que visa a conclusão do Mestrado de 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e de Português e História e Geografia de Portugal (HGP) do 2.º CEB da Escola Superior de Educação de Coimbra. Decorreu no âmbito da unidade curricular de Prática Educativa II, com alunos do 5º ano de escolaridade.

Teve como objetivo geral, compreender a importância da mobilização de recursos patrimoniais locais no ensino-aprendizagem da HGP do 2.º CEB e como objetivos específicos, compreender a relevância da História local na aprendizagem de conteúdos de HGP, compreender conceitos relacionados com o ensino da História tomando como referência acontecimentos da História local e valorizar testemunhos históricos do património local na aprendizagem da HGP.

A investigação efetuada foi desenvolvida através de uma abordagem qualitativa, com base no método de investigação-ação. Nesse sentido, procurou-se que a investigação fosse fundamentada na ação, visando-se a intervenção dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, especificamente, na unidade didática “Portugal nos séculos XIII e XIV”, do programa do 5º ano de escolaridade.

O recurso ao património de uma localidade promove a relação do aluno com o concreto, com o individual. Tomando-se como ponto de partida o património local, podem-se proporcionar ao aluno aprendizagens significativas, conforme se evidencia neste estudo.

**Palavras chave:** Recursos patrimoniais, História Local, Coimbra, Idade Média, História e Geografia de Portugal.

### **“Finding” Coimbra’s History: the mobilization of local patrimonial resources in the teaching of Portugal’s History and Geography in the 2nd CEB**

**Abstract:** The Report presented here involves an investigation carried throughout the masters in 1st CEB (Basic Cycle of Education) Teaching and 2nd CEB Teaching of Portuguese, Portugal’s History and Geography of Coimbra Higher School of Education. This report was written in the context of a curricular traineeship in the 2nd CEB with a group of 5th graders.

The main goal of this work is to understand the importance of the local heritages’ resources in a teaching-learning process in Portugal’s History and Geography in the 2nd CEB. We also intent to seek and understand the relevance of the local heritage in the learning of Portugal’s History and Geography contents, understanding local history concepts, taking as a reference local history events and valuing history testimonies of local heritage.

This investigation used a qualitative analysis, more specifically, an investigation-action methodology. As so, it was based on actions, trying to aim the intervention of the students in the process of teaching-learning, specifically, in the curricular unit of “Portugal in the centuries XIII and XIV”, in the 5th grade program.

The use of the heritage of a certain locality promotes the student's relationship with the concrete and the individual himself. Using that local heritage as a starting point, we can provide the student significant learning experiences, as evidenced by this study.

**Keywords:** Patrimonial resources, Local History, Coimbra, Middle Ages, Portugal’s History and Geography.

## SUMÁRIO

Siglas utilizadas.....	VI
Índice de Figuras.....	VII
Índice de Tabelas.....	VIII
INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, METODOLOGIA E OBJETIVOS DO ESTUDO .....	4
CAPÍTULO 1 - Fundamentação teórica do estudo realizado .....	5
1. A História local como estratégia de aprendizagem e o seu enquadramento no Programa de HGP no 2.º CEB .....	5
2. Contributos da História local para a compreensão da História nacional .....	9
3. O Património como recurso didático .....	10
CAPÍTULO 2 – Caracterização do estudo efetuado .....	13
1. Finalidade e pertinência do estudo .....	13
2. Metodologia e objetivos do estudo .....	14
3. Técnica e instrumentos de recolha de dados.....	16
PARTE II – PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA NO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO.....	19
CAPÍTULO 1- Investigação e intervenção pedagógica no 2.º Ciclo do Ensino Básico.....	20
1. Caracterização do Agrupamento.....	20
2. Caracterização da Escola .....	21
3. Caracterização da Turma.....	22
CAPÍTULO 2- Processos e técnicas de recolha de informação e análise de dados.....	25
1. Ponto de partida da investigação efetuada .....	25
2. Planificação da Unidade Didática .....	35
3. Orientações Curriculares .....	36
4. Descrição das Aulas .....	38
5. Apresentação e discussão de resultados relativos ao teste final .....	45
6. Avaliação das aprendizagens e balanço do trabalho de investigação.....	65
LIMITAÇÕES DO ESTUDO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	72
ANEXOS .....	77
Anexo A. Teste inicial .....	78
Anexo B. Teste final.....	79



Anexo C. Respostas dos alunos ao teste inicial.....	82
Anexo D. Planificação da Unidade Didática .....	87
Anexo E. Planificação da primeira semana de intervenção (Aula nº 1).....	94
Anexo F. Grelha de observação da aula nº1 .....	98
Anexo G. Planificação da primeira semana de intervenção (Aula nº 2) .....	102
Anexo H. Grelha de observação da aula nº2 .....	106
Anexo I. Planificação da segunda semana de intervenção (Aula nº3).....	110
Anexo J. Pormenor da planta da cidade de Coimbra (Câmara Municipal de Coimbra, s.d.) com o registo do trabalho de um grupo de alunos em relação a nomes de ruas da Baixa e da Alta da cidade que remetem para a época medieval. ....	114
Anexo K. Ficha que identifica nomes atuais de ruas da Alta e da Baixa de Coimbra que na Idade Média tinham outro nome.....	115
Anexo L. Grelha de observação da aula nº3 .....	116
Anexo M. Planificação da segunda semana de intervenção (Aula nº4) .....	120
Anexo N. Jogo sobre atividades económicas da Idade Média .....	124
Anexo O. Grelha de observação da aula nº4 .....	130

### **Siglas utilizadas**

CEB – Ciclo do Ensino Básico

HGP – História e Geografia de Portugal

NSE – Necessidades de Saúde Especiais

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

## Índice de Figuras

Figura 1. “Indica as obrigações que o povo detinha nesta época?” .....	26
Figura 2. “A que atividades económicas se dedicava o povo?” .....	27
Figura 3. “Identifica nomes de ruas da Baixa de Coimbra que conheces.” .....	28
Figura 4. “Teria existido alguma razão para se atribuírem a essas ruas determinados nomes? Explica a tua ideia dando um exemplo.” .....	29
Figura 5. “Onde viviam os membros do clero integrados numa ordem religiosa.” .....	30
Figura 6. “A que atividades se dedicava o clero?” .....	31
Figura 7. “Indica a(s) razão(ões) para o clero ser um grupo privilegiado.” .....	32
Figura 8. “Refere o nome das igrejas na Baixa e na Alta de Coimbra que já existiam na Idade Média?” .....	33
Figura 9. “Apresenta características dessas igrejas.” .....	34

## Índice de Tabelas

Tabela 1- Pergunta 1. a) "Do quadro que se segue, identifica, sublinhando, as principais atividades económicas do mundo urbano nos séculos XIII e XIV." .....	46
Tabela 2- Pergunta 1. b) "No mundo urbano, refere os motivos que levaram os artesãos a agruparem-se nas ruas por ofícios (funções)." .....	48
Tabela 3- Pergunta 1. c) "Diz o nome de três ruas existentes em Coimbra, ruas que, na Idade Média, se relacionavam com ofícios de artesãos." .....	51
Tabela 4- Pergunta 2. a) "Assinala com um X a afirmação correta." .....	53
Tabela 5- Pergunta 2. b) "O clero dividia-se em dois grupos (completa)." .....	55
Tabela 6- Pergunta 2. c) "Diz o nome do local onde viviam, em comunidade, os membros do clero que integravam uma ordem religiosa?" .....	56
Tabela 7- Pergunta 3. a) "Faz corresponder, a cada uma das imagens que se seguem, um dos estilos arquitetónicos que existiram na Idade Média." .....	58
Tabela 8- Pergunta 3. b) "Indica as características dos estilos arquitetónicos que existiram na Idade Média preenchendo, com as palavras que se encontram no retângulo, o quadro que se segue." .....	60
Tabela 9- Pergunta 3. c) "Apresenta o nome de um monumento em Coimbra construído no estilo românico e outro construído no estilo gótico." .....	64

## **INTRODUÇÃO**

O Relatório que apresentamos foi elaborado no âmbito do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de Português e HGP no 2.º CEB. Ao longo do ano letivo tivemos a oportunidade de estagiar, no contexto da unidade curricular de Prática Educativa II, com uma turma de 5.º ano, constituída por 25 alunos.

O facto de os alunos com os quais o estágio foi desenvolvido serem pouco incentivados a visitar a sua cidade, foi ponto de partida para a nossa investigação. Para além disso, os alunos apresentavam dificuldades em compreender determinados conteúdos programáticos, o que suscitou em nós a vontade de procurar compreender a relevância da mobilização dos recursos patrimoniais locais no processo de ensino-aprendizagem da HGP.

Diversos autores como Almeida e Solé (2015, 2017), Barros (2013), Alves (2014), entre outros, defendem que o recurso ao património local é facilitador da aprendizagem. Detendo a cidade de Coimbra uma história e recursos patrimoniais indissociáveis da própria História de Portugal, considerámos oportuno tomar a decisão referida.

Nesse sentido, organizámos um conjunto de atividades ao longo das quatro aulas associadas a este trabalho - dois tempos letivos de 90 minutos e dois tempos letivos de 45 minutos – procurando-se, ao longo do processo que os alunos compreendessem determinados conteúdos relacionados com a História nacional, nomeadamente a arte na Idade Média, os domínios senhoriais do clero e as atividades económicas do povo na época, tomando-se como referência a história e os recursos patrimoniais de Coimbra.

Esta investigação foi condicionada pela pandemia de Covid-19 que, tendo vindo a obrigar todas as escolas a encerrar antes do período previsto, implicou uma reorganização do trabalho inicialmente pensado, sem, no entanto, o colocar em causa. Com efeito, salientamos que, para esta investigação, estava previsto abordar duas unidades didáticas, desenvolvendo-se um trabalho mais amplo. O encerramento abrupto de todos os estabelecimentos de ensino, impedindo o levantamento de dados fundamentais para que o trabalho pudesse ter a referida amplitude, obrigou a que o restringíssemos a uma unidade didática.

O Relatório está dividido em duas partes. A primeira, divide-se em dois capítulos e está relacionada com a componente investigativa e metodológica do estudo. Nesse sentido, no primeiro capítulo apresenta-se a fundamentação teórica do trabalho e, no segundo, faz-se a contextualização metodológica do estudo realizado, explicitando-se os objetivos e os

procedimentos metodológicos utilizados. A segunda parte do Relatório remete para a prática de ensino supervisionada no 2.º CEB e divide-se, por sua vez, em dois capítulos. No primeiro caracterizam-se o meio onde se realizou a investigação e os participantes no estudo. No segundo capítulo apresenta-se o processo de intervenção, analisando-se a informação recolhida no âmbito do trabalho realizado. Igualmente, nesse capítulo procede-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos.

O Relatório termina com a identificação de limitações do estudo e considerações finais consideradas pertinentes.

## **PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, METODOLOGIA E OBJETIVOS DO ESTUDO**



## **CAPÍTULO 1 - Fundamentação teórica do estudo realizado**

Neste capítulo apresentamos uma fundamentação sobre a importância da História local como estratégia de aprendizagem e procuramos compreender como a mesma é abordada nos Programas e Currículo do 2.º CEB. Evidenciam-se ainda contributos da História local para a compreensão da História nacional e a importância da utilização do património e da História local como recurso didático.

### **1. A História local como estratégia de aprendizagem e o seu enquadramento no Programa de HGP no 2.º CEB**

Barros (2013) refere que a História local está associada a uma determinada área territorial e, apesar de estar relacionada com a história global, a História local caracteriza-se pela valorização de cada indivíduo inserido na sociedade de uma determinada época, sendo indissociável da identidade regional, característica de um dado lugar. O autor defende que a História local implica uma abordagem específica ao estudo da História, contribuindo para a compreensão de vários aspetos do devir histórico, como é o caso do modo de vida da população de uma determinada região ou a organização de determinadas cidades e bairros. Além disso, este autor defende que a História local pode ser vista como uma estratégia pedagógica, uma vez que é um elemento que relaciona o conhecimento histórico local e os conteúdos curriculares relativos à História nacional.

Face ao referido, a História local pode facilitar a compreensão do aluno sobre o passado. Partindo-se de conhecimentos um pouco vagos e incompletos do aluno, é possível completá-los com outras informações e fontes históricas que chegaram aos nossos dias. Com esta abordagem os alunos passam a observar e a perceber a história associada ao seu meio e aos bens patrimoniais em seu redor, compreendendo, não só a realidade histórica de determinada localidade, mas também o contexto em que vivia a população local, bem como as identidades regionais, muitas vezes, preservadas até aos dias de hoje. Para que tal aconteça, o aluno deve sentir-se parte integrante da história e não um simples espectador. A História local, enquanto estratégia de aprendizagem, pode garantir o domínio do conhecimento histórico, local e

nacional, uma vez que o “seu trabalho no ensino possibilita a construção de uma História mais plural, que não [silencia] a multiplicidade das realidades” (Barros, 2013, p. 17).

Noutra perspetiva, Silva (1998) refere que a História local é a história do relativo e do particular, é a ciência do individual e pode “exercer uma função pedagógica de reestruturação, de revisão e de renovação da ciência histórica” (p. 389).

No Programa e Metas de HGP do 2.º CEB há alusão indireta à História local e apenas nas Aprendizagens Essenciais é feita essa referência clara, especificamente, nas competências da disciplina articuladas com as áreas de competência do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória. Nesse sentido, é referido que o aluno deve “conhecer, sempre que possível, episódios da História regional e local, valorizando o património histórico e cultural existente na região/local onde habita/estuda” (Ministério da Educação, 2018, p. 3). No entanto, Santos (2007) salienta que em HGP é necessário explorar novas abordagens, explorando-se a “história à nossa volta”, valorizando-se a história recente, tendo presente a “consciência da aceleração da história no século XX, o que de algum modo manteve traços de um mundo antigo, até tempos relativamente próximos” (p. 130). De acordo com o autor foram introduzidas novas conceções pedagógicas em sala de aula, valorizando-se uma “prática pedagógica mais centrada na participação do aluno e em métodos activos que, partindo da exploração de recursos concretos, melhor permitissem desenvolver conhecimentos, competências e valores” (p.130).

Segundo a Teoria de Desenvolvimento Cognitivo de Piaget, até à idade adulta a criança vai passar por vários estádios de desenvolvimento cognitivo. Especificamente, entre os 7 aos 12 anos de idade as crianças integram-se no estádio operatório concreto, sendo capazes de desenvolver operações mentais e ações internalizadas. Estas operações são realizadas com base em objetos e ações concretas (Piaget & Inhelder, 1973). Deste modo, a compreensão dos conteúdos programáticos pelos alunos do 2.º CEB, normalmente com idades compreendidas entre 10 e 12 anos de idade, é facilitada com o recurso ao concreto, ao conhecido e já adquirido, detendo o professor um papel fundamental na abordagem e ligação entre os conhecimentos prévios dos alunos e os conteúdos programáticos.

Para além disso, de acordo com Cole e Cole (2004), diversos estudos (Nyiti, 1982; Nyiti, 1976; Kamara & Easley, 1977; Segall, Dasen, Berry & Poortinga, 1999, citados por Cole & Cole, 2004) evidenciam a influência da cultura e da experiência pessoal na obtenção de conhecimento,

sendo que a familiaridade do aluno com determinados conteúdos acaba por facilitar a aquisição do conhecimento relacionado com estes, demonstrando a importância do contacto com a história e o património local na aprendizagem da História nacional.

Alves (2014) acrescenta que “o interesse pelo passado longínquo pode ser um meio de aproximação ao passado recente e a reflexividade consciente e crítica pode aproveitar o distanciamento no tempo histórico para melhor se entender a identidade presente” (p. 70).

Estes pressupostos evidenciam que o recurso à História local no processo de ensino-aprendizagem permite promover a relação do aluno com o concreto, com o individual, ajudando-o a compreender noções que exigem um nível de abstração elevados. Tomando-se como ponto de partida o património local ou regional, um testemunho do passado que os alunos conheçam, podem promover-se aprendizagens significativas. Implementando-se métodos ativos, partindo-se do conhecido e do já adquirido, é possível, de acordo com Santos (2007), promover a compreensão de realidades mais vastas e complexas.

O mesmo autor (Santos, 2007) defende ainda que a História local promove um ensino mais motivador e potencialmente rico, numa perspetiva formativa. Cabe à escola valorizar o contacto com as fontes, ensinando os professores aos alunos métodos de pesquisa da informação.

Para além disso, Barros (2013) refere que a História local no ensino não deve ser tratada apenas como um conteúdo a ser ensinado, mas sim uma estratégia ou abordagem pedagógica, que é capaz de desenvolver os conteúdos de História a partir da realidade local, realidade que deve ser compreendida através de diferentes fontes patrimoniais, como a identificação das edificações antigas, do traçado das ruas, da memória dos mais antigos, das mudanças do quotidiano, entre outras.

Para que o processo pedagógico seja benéfico para os alunos, o professor deve, por sua vez, ser capaz de se integrar e de conhecer o meio onde a escola está inserida, conseguindo reunir ou apresentar fontes reconhecidas pelos alunos, de maneira a que estes as mobilizem para a procura de conhecimentos e, desta forma, preservem uma identidade patrimonial, reconhecendo a importância dessas fontes na sua região (Alves, 2014).

Assim, explorar a História local na sala de aula é, essencialmente, conceptualizar e concretizar experiências de aprendizagem, oportunas, adequadas e relevantes em função de um

determinado contexto curricular, tendo em conta as possibilidades do meio, as características dos alunos e os objetivos definidos, existindo um trabalho de mediação por parte do professor.

Para além destes aspetos, a História local também promove a “importância não só da educação pelo meio, mas da educação para o meio, no contexto de uma crescente preocupação relativamente ao desiderato de uma formação global, numa educação para a cidadania” (Santos, 2007, p. 130). Barros (2013) defende, ainda, que “o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo” (p. 12).

Para além disso,

o interesse por dados concretos e relativos ao meio próximo associa-se também ao eventual efeito positivo de uma maior humanização da história. Aproximando-se de um contexto vivido, com determinadas personagens individuais e colectivas, pode levar nomeadamente o aluno a compreender a problemática histórica numa dimensão mais real, significativa e envolvente, com a possibilidade de suscitar, por exemplo, reacções de identificação ou de posicionamento crítico. O desenvolvimento de atitudes na área da cidadania pode ter aqui, obviamente, um terreno propício, visto que a abordagem histórica possibilita um contributo fundamental na observação e no estudo do meio, fomentando assim uma interacção mais responsável com o mesmo e uma particular sensibilização para as diversas problemáticas inerentes à nossa vida em comunidade. O conhecer e o procurar compreender é um caminho para um reflectir, envolvendo valores, e um intervir que se espera mais empenhado e consciente. (Santos, 2007, p. 136)

No entanto, para que este caminho seja alcançado, Barros (2013) defende que é necessário que o ambiente escolar fomente condições para que os professores possam desenvolver novas metodologias e incorporem os conteúdos de História local nos conteúdos curriculares, desenvolvendo cidadãos críticos no ambiente em que vivem.

Noutra perspetiva, Alves (2014) refere que a História deve ser ensinada sempre num quadro curricular o mais interdisciplinar possível. Assim, pode e deve cumprir a função social e individual de inserir os jovens nas heranças culturais das comunidades em que vivem, fomentando a

reflexão histórica e o pensamento crítico, por parte do aluno, para o sensibilizar para um conjunto de valores éticos, cívicos e políticos. Segundo o mesmo autor (Alves, 2014), a história tem como principal função, facilitar o desenvolvimento do processo de construção pessoal do aluno, fomentando a consciência histórica, a cidadania, a defesa de um património local, que pertence a toda a comunidade e que, por isso, deve ser conhecido, protegido, valorizado, divulgado e difundido. Acrescenta o autor (Alves, 2014) que “a identidade tanto se refere às raízes, como ao património, à memória como aos valores, ao presente como ao futuro. Sendo assim não é um dado adquirido, mas é um processo em construção” (p. 70).

## **2. Contributos da História local para a compreensão da História nacional**

A História local, tal como foi referido, promove benefícios na aprendizagem dos alunos. Santos (2007) considera que a História local tem um papel fundamental no apoio ao estudo da História nacional, uma vez que ajuda a compreendê-la e, quando estas duas vertentes são articuladas, podem contribuir para a compreensão do processo histórico, realçando-se pontos de vista não evidenciados, até então.

No entanto, a História local deve “revestir-se também de uma utilidade mais ampla, transcendendo o interesse local e regional” (Santos, 2007, p. 133), havendo que garantir, sempre, a veracidade das fontes utilizadas.

A ênfase da articulação entre a História local e a História geral tem vindo a amplificar-se. A História local só fará sentido se for articulada com os aspetos históricos mais globais, proporcionando um esclarecimento de problemáticas e realidades, fundamentais para a construção de conhecimentos mais corretos e completos (Santos, 2007).

A abordagem de aspetos da História nacional através da História local, proporciona:

uma maior motivação e compreensão dos alunos, especialmente, em virtude de se recorrer a um universo de referências que lhes são familiares e de se explorar elementos concretos, de mais fácil apreensão, no esclarecer de problemáticas mais gerais e abstractas (Santos, 2007, p. 136).

O facto de os alunos, através da História local, terem uma proximidade afetiva por determinados locais ou artefactos, observarem e trabalharem a partir de recursos concretos e visíveis e terem a oportunidade de os explorar acaba por ser fator de motivação para os alunos compreenderem a História nacional. A intenção da História local, no fundo, é “transcender a mera função ilustrativa” (Santos, 2007, p. 136), que ocorre quando exploramos a História nacional de forma isolada em relação à história local.

O autor (Santos, 2007) também ressalta que a micro e a macro-história devem estabelecer uma relação de complementaridade não só dentro da sala de aula, mas também fora dela. Assim, esta relação deve envolver uma exploração do particular, permitindo integrar de forma lógica e coerente as diferentes realidades associadas à história.

Proença e Manique (1994) defendem que a História local e regional permite aos alunos compreender que a História nacional não é simples, linear e homogénea. Assim, é possível:

compreender o passado nacional na sua relatividade e historicidade e acabar com o mito de uma história nacional unitária e eterna, forjada de um discurso historiográfico sobre a Pátria, construído no século XIX, que nada diz aos jovens de hoje, nem contribui para fazer do ensino da história o suporte de uma memória viva que possa contribuir para criar uma identidade nacional, aberta ao mundo e multicultural (p. 26).

Assim sendo, embora a história de carácter local seja introduzida nas escolas com o objetivo fundamental de explicar questões nacionais, Douch (1967, citado por Chaffer & Taylor, 1984) considera que esta deve ser vista como um impulsionador de novas descobertas dos alunos ao nível da História nacional, comparando-se as duas vertentes.

### **3. O Património como recurso didático**

A abordagem e o estudo de temas relacionados com o património podem contribuir para a educação estética dos alunos, assim como para o desenvolvimento da sua capacidade de observação e de “uma atitude crítica face à massificação da informação visual que atabafa a nossa vida diária e a criatividade das crianças e dos jovens que pretendemos educar” (Telmo, 1989, p.5). Segundo Almeida e Solé (2017), o conceito de património está em constante mudança, adaptando-se o seu significado aos ideais de cada época. No entanto, a este conceito

associa-se, sempre, a ideia de herança, de algo herdado das gerações anteriores, “legitimamente adquirido e provido de um valor ímpar e insubstituível” (p. 242).

Pinto (2004, citado por Almeida & Solé, 2017) considera que o património, atualmente, é um “bem cultural”. Vinculado ao conceito de património está a identidade. Esta “é compreendida como um elemento diferenciador de cada indivíduo e/ou grupo de indivíduos” (p. 242).

Os bens patrimoniais, independentemente do tipo de património em evidência, são recursos valiosos para se conhecer o passado, se compreender o presente e se perspetivar o futuro. Há que conservar o passado para viver no presente e “qualquer indivíduo deve assumir a responsabilidade de defender, conservar e transmitir os bens da coletividade a quem pertence” (Telmo, 1989, p.7).

Nas últimas décadas, a valorização e a proteção do património cultural têm ganho importância nas propostas pedagógicas apresentadas nos normativos legais em Portugal (Almeida & Solé, 2015). Tal acontece dado que o estudo do património histórico apresenta diversas finalidades, como o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento histórico dos alunos e, também, o desenvolvimento da consciência generalizada dos cidadãos “perante a pertinência da educação histórica e patrimonial como elemento fundamental para o desenvolvimento integral do aluno” (p. 243). Também é necessário consciencializar os jovens para a importância das suas ações na preservação e valorização do património, “formando cidadãos civicamente responsáveis e ativos numa sociedade democrática” (Almeida & Solé, 2015, p.239). Para além desta componente cívica, os professores devem promover atividades que envolvam o contacto direto e presencial com o meio, contribuindo para o alcance de objetivos no âmbito da HGP, como a compreensão histórica contextualizada (Almeida & Solé, 2015).

Segundo as autoras Almeida e Solé (2015), uma das estratégias pedagógicas a adotar para o desenvolvimento dessa consciência é a construção de museus na sala de aula, pois possibilita aos alunos o contacto direto com o passado em contexto escolar. Por sua vez, para que os alunos compreendam melhor e se envolvam, quer ao nível dos museus, quer ao nível dos monumentos, é desejável recorrer a Visitas de Estudo Virtuais (VEV). Esta “virtualização do património, para além de possibilitar que um número cada vez maior de pessoas tenha acesso aos bens patrimoniais, locais, nacionais e da humanidade, democratizando o acesso à cultura” (Almeida & Solé, 2017, p. 246), configura novas potencialidades no ensino da HGP.

Cooper (2004, citado por Almeida & Solé, 2017) desenvolveu um estudo, promovendo estratégias de ensino que envolvem experiências com significado, contribuindo para a evolução do pensamento histórico das crianças. Através do estudo efetuado, as crianças contactaram com fontes patrimoniais, sentindo-se envolvidas e estimuladas a “dialogar” com o passado, construindo interpretações sobre o mesmo.

Almeida e Solé (2017) consideram que os alunos desenvolvem capacidades de interpretação histórica, tendo por base a evidência, em contacto direto com as fontes patrimoniais. Para além destas capacidades, Telmo (1989) defende, ainda, que os alunos desenvolvem o gosto pela pesquisa, incentivando-os a recolher elementos e a consultar documentação. Contudo, a participação dos alunos em trabalhos relacionados com o património local tem que ser planeada pelo professor, com rigor e de forma prévia ou antecipada, adaptando as atividades às capacidades das crianças, uma vez que o professor deve ser apenas o mediador e dinamizador das atividades, cabendo aos alunos o trabalho de descoberta e procura de resultados e de conhecimentos.

Para além deste aspeto, as autoras citadas (Almeida & Solé, 2017) referem que a exploração educativa do património histórico de uma forma sistemática e fundamentada contribui para o desenvolvimento de múltiplas aprendizagens significativas.



## **CAPÍTULO 2 – Caracterização do estudo efetuado**

Neste capítulo, caracterizamos o estudo efetuado, ou seja, evidencia-se a finalidade e pertinência da investigação que fizemos, os seus objetivos, bem como a metodologia utilizada. Para além disso, são referidas as técnicas e instrumentos a que recorremos na recolha de dados.

### **1. Finalidade e pertinência do estudo**

A turma com a qual foi realizada a nossa investigação integra-se numa escola da zona de Coimbra. Todos os alunos da turma fizeram a sua escolaridade em escolas na área do concelho de Coimbra. No entanto, com base na observação e na participação dos alunos em sala de aula foi possível verificar que os alunos têm sido pouco incentivados a conhecer a sua cidade, quer em contexto familiar, quer mediante a mobilização de recursos patrimoniais na prática letiva, o que se apresentava pertinente fazer, dada a própria história de Coimbra ser indissociável da história do nosso país. Para além disso, os alunos revelaram também dificuldades em compreender determinados conteúdos programáticos, podendo ser o recurso ao património e à história local uma estratégia a pôr em prática na intervenção.

O conhecimento da História local é essencial na construção da identidade pessoal, nacional e civilizacional. É muito importante que cada indivíduo consiga caracterizar a identidade local e regional, característica do meio onde está inserido, e que compreenda a pertinência da preservação do património local, reconhecendo a importância das fontes para o conhecimento do passado. Nesse sentido, o conhecimento da história e do património da localidade onde cada indivíduo habita deve ser fomentado e desenvolvido.

Foi com base nestes pressupostos que equacionámos a possibilidade de planificar uma unidade didática, recorrendo, como recurso didático, ao património local, especificamente ao património associado a Coimbra e à sua história, estabelecendo a sua relação com os conteúdos programáticos da HGP.

A intervenção desta investigação centrou-se no domínio “Portugal do século XIII ao século XVII” e no subdomínio “Portugal nos séculos XIII e XIV”.

## 2. Metodologia e objetivos do estudo

Tendo em conta a problemática descrita no ponto anterior, foi definido como objetivo geral, compreender a importância da mobilização de recursos patrimoniais locais no ensino-aprendizagem da História e da Geografia de Portugal do 2.º CEB e, como objetivos específicos, compreender a relevância da História local na aprendizagem de conteúdos de HGP, compreender conceitos relacionados com o ensino da História tomando como referência acontecimentos da história local e valorizar testemunhos históricos do património local na aprendizagem da HGP.

Neste estudo optou-se pela investigação qualitativa, uma vez que esta tem como objetivo “compreender e encontrar significados através de narrativas verbais e de observações” (Bento, 2012, p. 40). Bell (2004) refere que, com esta metodologia, os investigadores procuram compreender as perceções individuais dos participantes.

Este tipo de investigação ocorre em ambiente natural, recolhendo-se os dados no local onde se encontram os intervenientes no estudo, existindo, por sua vez, uma participação ativa do investigador, indissociável da sua interação com os participantes. O processo na investigação qualitativa não é pré-estabelecido, sendo que os objetivos de investigação podem ser alterados ou redefinidos ao longo do processo investigativo (Bento, 2012).

Para além de qualitativa, esta investigação é, também, descritiva e interpretativa, uma vez que “o investigador faz uma interpretação dos dados, descreve os participantes e os locais, analisa os dados para configurar temas ou categorias e retira conclusões” (Bento, 2012, p. 40).

Como metodologia de investigação, optou-se pela investigação-ação. Esta metodologia relaciona dois momentos – a investigação e a ação. Estes momentos não se confundem, mas estão interligados, na medida em que existe um problema diagnosticado em contexto social e uma intervenção ou ação para resolver o problema (Amado e Cardoso, 2017). Simultaneamente, esta metodologia utiliza um processo cíclico ou em espiral, visto que alterna entre ação e reflexão crítica, ou seja, o investigador deve refletir sobre a realidade observada e mudar a sua ação ou atitude perante essas novas informações, envolvendo planeamento, atuação, observação e reflexão durante todo o processo investigativo (Coutinho, Sousa, Dias, Bessa, Ferreira & Vieira, 2009).

É necessário, de acordo com Amado e Cardoso (2017), que durante o processo investigativo haja produção de saber, proporcionando um aumento do conhecimento, quer dos investigadores, quer dos participantes na investigação.

Barbier (1977, citado por Esteves, 1986) refere que a investigação-ação se baseia numa ação de nível realista, ou seja, a intervenção ocorre ao nível da sociedade e dos seus problemas. Para além disso, este tipo de investigação é sempre seguido por uma reflexão autocrítica objetiva e uma avaliação de resultados, compreendendo se o problema definido anteriormente foi resolvido.

Segundo Almeida (2001), um estudo de investigação-ação implica o cruzamento de várias metodologias que desenvolvam a ação, sem esquecer a investigação como um todo e os constrangimentos e limitações associadas a esta.

Nesse sentido, Coutinho et al. (2009) evidenciam que a investigação-ação é caracterizada pelo grande dinamismo na forma como encara a realidade, uma vez que há mais interatividade social, mais aproximação ao real e mais intencionalidade transformadora da realidade na qual o investigador se insere.

A investigação-ação deve ser participativa e colaborativa, uma vez que todos os intervenientes estão envolvidos neste processo. Assim, esta metodologia de investigação não se limita ao campo teórico, existindo uma intervenção na própria realidade. Desta forma, a teoria e a prática estão entrelaçadas e as mudanças que vão surgindo são continuamente avaliadas, adaptando e produzindo novos conhecimentos. O professor tem um papel fundamental, pois assume o controlo de todo o processo investigativo, protagonizando-o de forma ativa, autónoma e crítica.

Posto isto, o propósito fundamental da investigação-ação é questionar as práticas sociais e os valores que as integram com a finalidade de explicá-los, produzindo conhecimento, modificando a realidade e transformando os “atores” da investigação (Coutinho et al., 2009).

Segundo estes autores, a investigação-ação é:

uma das metodologias que mais pode contribuir para a melhoria das práticas educativas, exatamente porque aproxima as partes envolvidas na investigação, colocando-as no mesmo eixo horizontal; [...] valoriza a subjetividade, ao ter sempre mais em conta as idiossincrasias dos sujeitos envolvidos; mas, por outro lado, propicia o

alcance da objetividade e a capacidade de distanciamento ao estimular a reflexão crítica.  
(Coutinho et al, 2009, p. 375)

Quanto à modalidade de investigação-ação, este estudo está inserido na modalidade Investigação-na/pela-ação, dado que tem um carácter colaborativo e participativo, existindo, não só, uma articulação entre os investigadores e o conhecimento que estes já detêm, mas também há uma ligação entre os participantes ou “investigados” e o seu próprio conhecimento local e prático (Amado & Cardoso, 2017). Por esse motivo, também se pode chamar a esta modalidade “investigação-ação participativa” (Esteves, 1986).

Amado e Cardoso (2017) defendem, ainda que, na modalidade referida, existem várias fases pelas quais a investigação deve passar. A primeira fase está relacionada com a construção da estrutura coletiva de investigação e ação, ou seja, há um suporte embrionário de todo o processo, que supõe a reunião e organização dos elementos disponíveis, compreendendo-se se é possível criar uma dinâmica de cooperação interna e de abertura ao exterior. A segunda fase passa por contactar com os participantes da investigação, estruturando a avaliação inicial. Na terceira fase é aplicada a avaliação inicial, previamente estruturada. Na quarta fase, o investigador prepara a metodologia de participação que vai utilizar durante a sua intervenção, com base na avaliação inicial efetuada.

A partir da última fase referida, segundo os autores (Amado & Cardoso, 2017) não há uma ordem específica, sendo que cada investigação pode seguir o “caminho” que considerar mais apropriado. No entanto, existem várias operações que devem ser realizadas, sendo estas: elaboração do plano de intervenção, indissociável dos objetivos definidos e respetivas condições de realização; a execução do plano de intervenção; o acompanhamento; a avaliação e a reformulação.

### **3. Técnica e instrumentos de recolha de dados**

Numa investigação, a recolha de informação é um elemento essencial, capaz de refletir os efeitos da ação ou da intervenção do próprio investigador/professor. Assim, as técnicas de recolha de dados podem ser baseadas na observação, na conversação ou em análise de documentos, tal como defende Coutinho et al. (2009).

Na investigação efetuada recorreu-se, não só à revisão da literatura em relação ao corpo teórico do estudo a que já nos reportámos no capítulo 1 da Parte I deste trabalho, como se procedeu à observação direta e à análise e interpretação da informação através de instrumentos de recolha de dados, registos e grelhas de observação.

Referindo-nos ao teste inicial (cf. Anexo A), este foi um dos instrumentos de recolha de dados que procurou averiguar se “os alunos já conhecem as matérias – algumas, pelo menos – que fazem parte de novas unidades de ensino” (Ribeiro & Ribeiro, 1989, p. 344), permitindo ajustar a planificação ou os objetivos aos conhecimentos dos alunos. Nesse sentido, o teste referido foi apresentado aos alunos antes dos conteúdos serem abordados, procurando-se, saber se os alunos detinham determinados conhecimentos acerca da sociedade do século XIII e XIV e sobre a história e o património de Coimbra do período histórico em estudo. Para a análise e interpretação dos dados foi utilizado o *software WebQDA* que permite analisar dados qualitativos e perceber quais as expressões mais utilizadas pelos alunos (cf. Figura 1 a 9) relacionando-as com os seus conhecimentos, nessa fase inicial (Webqda, 2017). De acordo com a informação recolhida, o *WebQDA* está direcionado a investigadores que necessitem de analisar dados qualitativos de forma colaborativa ou individual, síncrona ou assincronamente. Para além de investigadores, este *software* também pode ser útil para alunos de mestrado, doutoramento ou de pós-graduação, permitindo a análise de dados qualitativos em qualquer computador ligado à internet. Assim, este *software* permite ao investigador/utilizador editar, visualizar, relacionar e organizar documentos e dados. Pode, também, categorizar, codificar, controlar, filtrar, procurar ou questionar os dados obtidos, atingindo os objetivos pretendidos na sua investigação (Webqda, 2017).

Sendo a avaliação um meio e não um fim, procurou-se, por sua vez, com o teste final (cf. Anexo B) proceder “a um balanço de resultados” (Ribeiro & Ribeiro, 1989, p. 359), especificamente, identificar os conhecimentos dos alunos sobre a unidade didática “Portugal nos séculos XIII e XIV”, facultar ao professor indicações ao nível das estratégias e métodos utilizados e compreender se os objetivos enunciados foram alcançados ou se os mesmos não foram ainda atingidos, percebendo-se quais os obstáculos a superar para os conseguir alcançar. Assim sendo, a análise dos dados recolhidos neste teste serviu, essencialmente, para reflexão e *feedback* do professor, identificando as dificuldades da turma e do aluno e regulando as suas aprendizagens (Fernandes, 2001).

Para a análise das respostas dos alunos no teste final, de forma a facilitar o processo de análise, foi construído um código de cores, categorizando as respostas dos alunos e atribuindo uma cor ao nível a que correspondia a resposta. Assim, atribui-se a cor vermelha a uma resposta incorreta; a cor amarela a uma resposta incompleta, caso o aluno não mencionasse algum pormenor ou informação importante; e, por fim, a cor verde a uma resposta correta, ou seja, uma resposta que apresentava a informação essencial (cf. Tabela 1 a 9).

Para além dos instrumentos referidos, a observação direta acompanhou o processo de investigação-ação.

Detendo, como afirma Estrela (2015),

um papel fulcral em toda a metodologia experimental, a iniciação à observação constitui naturalmente a primeira e necessária etapa de uma formação científica mais geral, tal como deverá ser a primeira e necessária etapa de uma intervenção pedagógica fundamentada exigida pela prática quotidiana (p. 29).

De acordo com Pombal, Lopes e Barreira (2008) as observações diretas são um método de investigação único que recolhe os comportamentos e atitudes no momento em que eles acontecem, sem a interferência de um determinado documento ou de um testemunho.

Em suma, a análise de dados tem como objetivo aumentar a compreensão dos dados que foram recolhidos e apresentá-los a outros através de conclusões sumárias (Bodgan & Biklen, 1994). Para o efeito, é necessário que a informação recolhida seja diversificada, recorrendo-se a fontes diversas.

A metodologia a que recorremos permitiu-nos refletir ao longo da intervenção ocorrida. Através do registo de grelhas de observação, foi possível adaptar as nossas práticas e as atividades solicitadas aos participantes no estudo.

Compreender as dificuldades dos alunos, intervir sobre estas, criar planos de ação para as colmatar e compreender o contributo do projeto de intervenção no processo de ensino-aprendizagem, foram metas a atingir com o trabalho efetuado.

## **PARTE II – PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA NO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

## **CAPÍTULO 1- Investigação e intervenção pedagógica no 2.º Ciclo do Ensino Básico**

Neste capítulo é efetuada a contextualização da intervenção pedagógica, apresentando-se o agrupamento, a escola e a turma em que decorreu o projeto de investigação.

### **1. Caracterização do Agrupamento**

O Agrupamento de Escolas no qual foi desenvolvida a investigação situa-se numa freguesia do centro da cidade de Coimbra. Este Agrupamento integra o ensino desde o pré-escolar até ao 3.º CEB, pretendendo, desta forma, responder às necessidades e desejos dos alunos e respetivas famílias.

Este agrupamento é constituído por uma Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, dois Jardins de Infância e quatro escolas do 1.º CEB, contando com um total de cinco escolas e dois Jardins de Infância. Este agrupamento também integra uma escola prisional onde são lecionados Cursos de Competências Básicas: EFA (Educação e Formação para Adultos) de iniciação e continuidade e, também, Ensino Recorrente.

O Agrupamento proporciona aos alunos com necessidades educativas de carácter permanente apoio terapêutico nas valências de Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Psicologia, ministrado pelo Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Coimbra. É de salientar que, na sede de agrupamento, existe uma Unidade de Apoio Especializado para alunos com Multideficiência que tem por objetivo dar respostas educativas diferenciadas, numa perspetiva de inclusão.

Segundo o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas onde foi realizada a intervenção, a sua principal missão é fomentar um ensino ativo e estimulante para os alunos, de modo a que estes alcancem um desenvolvimento pleno, sendo capazes de exercer os seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Independentemente das suas características, aptidões, preferências e necessidades, procura-se que os alunos beneficiem de uma preparação para a sua adaptação à mudança, quer nos diferentes níveis de ensino, quer ao nível da integração social, alicerçando um caminho de realização pessoal.



Este Agrupamento pretende afirmar-se e apostar no desenvolvimento de uma atividade educativa de excelência, inclusiva e orientada de modo a dar resposta às necessidades de todos os alunos. Nesta visão educativa de um ensino de elevada qualidade, pretende-se que o aluno consiga desenvolver-se de uma maneira integral, participando na sociedade e na comunidade de forma construtiva e responsável.

De acordo com o Projeto Educativo, este Agrupamento de Escolas orienta-se, também, por princípios nobres que geram vivências capazes de estruturar valores como, a transparência, a integridade, a liberdade, a equidade, a coerência, a tolerância, a justiça, entre outros. Só com valores partilhados, defende-se, se consegue alcançar o sucesso e se atingem os objetivos propostos.

## **2. Caracterização da Escola**

A Escola Básica na qual foi realizada a nossa intervenção, abrange o 2.º e o 3.º Ciclo do Ensino Básico e é a sede do agrupamento, situando-se na zona central da cidade de Coimbra.

Este estabelecimento de ensino é constituído por seis blocos – bloco A, bloco B, bloco C, bloco D, bloco E e bloco F -, um polivalente, um pavilhão gimnodesportivo e um campo de jogos.

As salas de aula estão integradas nos blocos A, B, C, D, E e F e todas elas estão equipadas com um quadro de ardósia, giz, um quadro branco e marcadores, um computador, um projetor e, em alguns casos, um quadro interativo. No entanto, em muitas salas os equipamentos eletrónicos não funcionam ou não há condições para a sua utilização, existindo pouca luminosidade na lâmpada do projetor ou demasiada luz dentro da sala para as projeções, dificultando, por exemplo, o recurso às TIC dentro da sala de aula. Por essas razões, muitos professores preferem recorrer aos equipamentos não eletrónicos, utilizando bastante o quadro de ardósia ou branco, fichas de trabalho ou manuais escolares.

Quanto ao pavilhão gimnodesportivo e ao campo de jogos, estes estão destinados à prática de Educação Física e desporto, existindo boas condições e recursos para esse efeito. A escola dispõe ainda de muitas atividades e projetos ao longo do ano letivo, o que faz com que os espaços referidos sejam muitas vezes utilizados, também, para esse fim.

No espaço polivalente encontram-se os serviços administrativos, a direção, a sala de diretores de turma, a sala de primeiros socorros, a biblioteca, o bar dos alunos, o refeitório, a papelaria, a reprografia e um laboratório de informática.

Em relação ao espaço exterior, a escola oferece uma grande área de recreio, permitindo aos alunos fazer qualquer tipo de atividades lúdicas ao ar livre.

Atualmente, esta escola é composta por 37 turmas – 9 turmas do 5.º ano e 10 turmas do 6.º ano, 7 turmas do 7.º ano, 6 turmas do 8.º ano e, por fim, 5 turmas do 9.º ano. Para além dos alunos, a escola conta ainda com o pessoal docente e não docente. Dentro do pessoal não docente existem dois psicólogos, uma coordenadora técnica, nove assistentes técnicos e vinte e um assistentes operacionais.

A escola oferece igualmente várias atividades semanais extracurriculares, nomeadamente clubes. Existem clubes que desenvolvem várias temáticas, como o Clube Europeu, o Clube de Escrita Criativa, o Clube de Música, o Atelier de Desenho e Pintura, o Clube do Património, o Clube de Televisão, o Clube do Ambiente, o Clube de Jogos Estratégicos Matemáticos, o Clube de Ténis de Mesa, o Clube de Xadrez, o Clube de Basquetebol Masculino, o Clube de Voleibol Misto, o Clube de Badminton e o Clube de Golf.

### **3. Caracterização da Turma**

O estágio foi realizado numa turma do 5.º ano do 2.º CEB, composta por 25 alunos, 10 do género feminino e 15 do género masculino. Vinte e quatro alunos detinham 10 anos, e apenas um, 11 anos, por ter ficado retido, um ano, no 1.º CEB.

Refira-se que os alunos da turma não provieram todos do mesmo estabelecimento de ensino, nem da mesma turma: seis dos alunos frequentaram o 1.º CEB no ensino privado, quatro alunos vieram de outro agrupamento e apenas quinze já frequentavam o Agrupamento de Escolas onde decorreu a nossa intervenção. No entanto, todos os alunos frequentaram escolas da zona de Coimbra. Relativamente às nacionalidades, todos os alunos eram de origem portuguesa.

Quanto ao agregado familiar, 22 alunos atestam residência em Coimbra e apenas três vivem na periferia da zona de Coimbra. As idades dos pais e das mães estão compreendidas entre os 30 e os 55 anos, sendo que a grande maioria tem entre 41 e 45 anos de idade. A escolaridade dos

pais/encarregados de educação atinge, maioritariamente, o nível de licenciatura, o que se reflete nas profissões que exercem: a maior parte dos pais e/ou mães é professor, engenheiro, colaborador comercial, contabilista ou administrativo. Deste modo, pode-se aferir que o nível de escolaridade dos pais/encarregados de educação é médio/médio-alto. Para além deste aspeto, a maioria da turma tem acesso a um grande número de experiências educativas, como foi possível constatar em conversas com a professora cooperante e com os alunos, ao longo da intervenção, existindo também uma significativa colaboração entre a família e a escola.

Esta turma integra dois casos de alunos com NSE, que se enquadram nas disposições legais em vigor (Decreto-Lei n.º54/2018, de 6 de julho). Estes casos são muito diferentes entre si, detendo um dos alunos paralisia cerebral e o outro, dificuldades auditivas. No caso do aluno com paralisia cerebral, o mesmo é acompanhado, durante as aulas, por uma professora da área de Educação Especial. De referir, no entanto, que nas aulas de HGP este suporte é dado apenas na aula de 90 minutos, não se efetuando na aula de 45 minutos. Por essa razão, nessa aula é escolhido um colega para acompanhar o aluno e escrever os apontamentos deste, a par dos seus. Para além destes casos, existem ainda alunos com algumas dificuldades de aprendizagem, a quem se aplicam medidas universais, tais como, a diferenciação pedagógica, acomodações curriculares, enriquecimento curricular, promoção do comportamento pró-social: intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos (Decreto-Lei n.º54/2018, de 6 de julho). Salientamos, no entanto, que a professora cooperante apresenta da mesma maneira, para toda a turma, a matéria sem qualquer tipo de adaptação, o que nos levou a fazer o mesmo. Nesse sentido, todos os alunos da turma, inclusive os alunos com NSE, realizam as mesmas atividades e as mesmas fichas, respondendo igualmente às mesmas questões.

Com base na observação efetuada ao longo do ano escolar e nas conversas informais com a professora cooperante, foi possível compreender que os alunos são bastante curiosos, interessados, participativos, ainda que, por vezes, façam muito barulho em sala de aula. Apesar de colocarem, na sua maioria, questões pertinentes e discutirem de forma regular as suas ideias com o professor e entre si, por vezes têm intervenções pouco pertinentes, ocorrendo, nessa altura, uma desconcentração geral na turma. Dependendo do horário da aula, o comportamento varia, sendo que à sexta-feira, depois do almoço, os alunos não se conseguem concentrar.

No que se refere à relação dos alunos da turma com a professora cooperante e com a professora estagiária, esta é uma relação pautada pelo respeito, demonstrando os alunos confiança e carinho pelas professoras.

## **CAPÍTULO 2- Processos e técnicas de recolha de informação e análise de dados**

Neste capítulo apresenta-se informação sobre a investigação efetuada, a planificação da unidade didática e as orientações curriculares, bem como documentos normativos orientadores do trabalho. São ainda descritas as aulas sobre as quais incidiu a investigação, os resultados do teste final, e um balanço do trabalho de investigação realizado.

### **1. Ponto de partida da investigação efetuada**

Como já foi referenciado, o nosso trabalho de investigação centrou-se na unidade didática “Portugal nos séculos XIII e XIV” tendo-se organizado, num primeiro momento, um teste inicial (cf. Anexo A). Com o mesmo, procurou-se, por um lado, compreender se os alunos detinham conhecimentos sobre a matéria a lecionar nessa unidade didática e, por outro, identificar conhecimentos dos alunos sobre a história e o património local relacionados com o período histórico em análise. Os alunos responderam às questões colocadas no dia 24 de janeiro de 2020. Todos os alunos realizaram o teste, ou seja, os 25 alunos da turma.

O teste compunha-se de dois conjuntos de perguntas. O primeiro tinha como tema o povo, apresentando-se a seguinte afirmação para enquadrar o aluno nas respostas solicitadas: “No século XIII, o povo era um dos grupos sociais que existia na época”. As questões do segundo conjunto de perguntas estavam associadas ao clero, apresentando-se a seguinte afirmação para enquadrar o aluno nas respostas solicitadas: “No século XIII, o clero era um dos grupos sociais com mais privilégios”.

Para o tratamento das respostas dos alunos, recorreu-se, como já evidenciámos no ponto 3 do Capítulo 2 - Parte I deste Relatório, ao *software WebQDA*. O objetivo foi considerar as respostas dos alunos no seu conjunto, tendo em vista a identificação do seu nível de informação em relação a conteúdos programáticos a lecionar e compreender os seus conhecimentos ao nível da história de Coimbra, tendo por base recursos locais de carácter patrimonial (cf. Anexo C).

Em relação à primeira pergunta, do primeiro conjunto de perguntas, “Indica as obrigações que o povo detinha nesta época?”, a maioria dos alunos da turma respondeu à questão, ou seja, 17 alunos (68%), não tendo respondido 8 alunos (32%).

Relativamente às respostas apresentadas, houve alunos que demonstraram ter alguns conhecimentos acerca das obrigações do povo na Idade Média. Esses conhecimentos foram, provavelmente, adquiridos nas aulas anteriores, quando foram abordados conteúdos relacionados com a Reconquista Cristã e a Formação do Reino de Portugal (Ministério da Educação, 1991a; Ministério da Educação, 1991b; Ribeiro, Nunes, Nunes, Almeida, Cunha & Nolasco, 2013; Ministério da Educação, 2018) ou no 1.º CEB (Ministério da Educação, 1998). Para além disso, houve alunos que utilizaram os termos *rei*, *clero* e *nobreza*, indissociáveis da época medieval. Todavia, outros alunos evidenciaram conhecimentos pouco precisos sobre o assunto.



**Figura 1.** “Indica as obrigações que o povo detinha nesta época?”  
 Fonte: Elaboração própria

A figura 1 apresenta palavras utilizadas pelos alunos na resposta à questão formulada. A dimensão das palavras, de acordo com o *software WebQDA*, está associada ao número de vezes que essa palavra surge no conjunto das respostas dos alunos. Foi o caso da palavra *rei*, referida nove vezes em oito respostas, bem como a palavra *pagar* referida em seis respostas. Pela análise da figura é possível compreender que os alunos associam as obrigações do povo ao *rei*, ao *trabalho*, a *pagar impostos* ou a alguma imposição a que o povo estava sujeito. Neste sentido, é possível salientar duas respostas: “Nesta época as obrigações do povo eram servir o rei, pagar

os impostos e trabalhar nas terras da nobreza.” e “Trabalhar para grupos privilegiados e o rei; pagar impostos, prestar serviços exigidos pelos senhores.”

Na pergunta “A que atividades económicas se dedicava o povo?”, 5 alunos (20%) não responderam à questão, tendo 20 alunos respondido (80%). Entre os alunos que reponderam, houve alunos que apresentaram conhecimentos sobre as ocupações e sobre as atividades económicas exercidas pelo povo na Idade Média, não distinguindo, no entanto, atividade económica de função.

Neste caso, os alunos terão aplicado conhecimentos relacionados com a sua experiência pessoal, percebendo o que as pessoas mais pobres fazem atualmente ou poderão ter aplicado conhecimentos formalmente adquiridos em período anterior, quer em conteúdos lecionados no 5.º ano, fazendo a relação com os conteúdos associados às primeiras comunidades humanas na Península Ibérica (Ministério da Educação, 1991a; Ministério da Educação, 1991b; Ribeiro, Nunes, Nunes, Almeida, Cunha & Nolasco, 2013; Ministério da Educação, 2018), quer em conhecimentos adquiridos no 1.º CEB (Ministério da Educação, 1998).



**Figura 2.** “A que atividades económicas se dedicava o povo?”  
Fonte: Elaboração própria

Tal como é evidenciado na figura 2, a palavra que foi referida mais vezes nas respostas dos alunos foi *agricultura*, referida 16 vezes nas respostas apresentadas, reconhecendo os alunos

que esta é a atividade mais praticada pelo povo na Idade Média, assim como a *pesca* e a *caça* que também foram referidas. No entanto, houve alunos que especificaram palavras como *ferreiro* ou *tecelagem*, remetendo as mesmas para funções exercidas pelo povo, evidenciando assim que a distinção entre atividade económica e função não era clara.

Quanto à terceira questão do primeiro tema “Identifica nomes de ruas da Baixa de Coimbra que conheces”, 16 alunos (64%) não responderam à pergunta, tendo apenas 9 alunos (36%) respondido.

O número elevado de alunos que não responderam pode estar relacionado com o desconhecimento dos alunos em relação à história da cidade ou com o facto de desconhcerem o termo *Baixa* aplicado pelos conimbricenses à antiga zona da cidade extramuros que se desenvolvia para lá da barbacã, segunda muralha construída para reforçar a muralha primitiva em função da vulnerabilidade da zona.



**Figura 3.** “Identifica nomes de ruas da Baixa de Coimbra que conheces.”  
Fonte: Elaboração própria

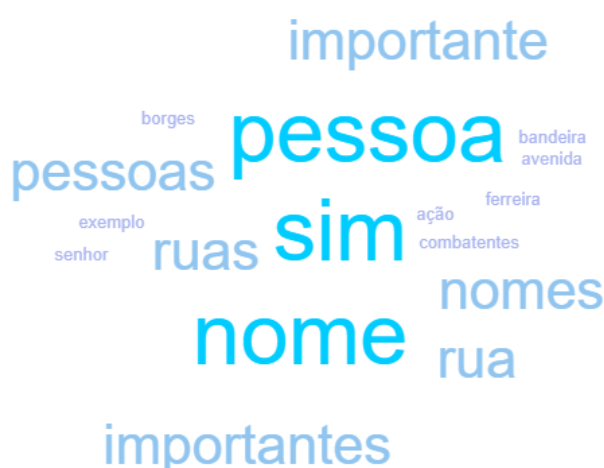
Como se pode verificar na figura 3, a palavra *rua* é a que apresenta maior destaque, dado que se solicitava na questão que fossem apresentados nomes de ruas. Segue-se o termo *magalhães*, termo que está associado ao nome da Avenida Fernão Magalhães, que é uma das principais avenidas de Coimbra e que se desenvolve numa zona próxima do Rio Mondego. É importante referir que o termo *erva* nos remete para uma zona da Baixa que, apesar de não identificar o



nome de uma rua, identifica um espaço amplo designado “Terreiro da Erva”, aliás assim identificado pelo próprio aluno.

Quanto aos termos *quebra* e *costas* os mesmos relacionam-se com a zona designada “Quebra Costas”, remetendo os termos *couraça* e *lisboa* para a Couraça de Lisboa, zonas integradas já na Alta de Coimbra. Os termos *Ferreira* e *Borges* estão associados, por sua vez, a uma rua da Baixa coimbreense, a Rua Ferreira Borges. Todos os demais nomes de ruas enumerados relacionam-se, na sua generalidade, com ruas da cidade, mas não na zona da Baixa de Coimbra.

Na última questão do primeiro grupo, foi perguntado aos alunos “Teria existido alguma razão para se atribuírem a essas ruas determinados nomes? Explica a tua ideia dando um exemplo”. Nesta questão, apenas 5 alunos (20%) evidenciaram uma razão, não tendo respondido 20 alunos (80%). Os que responderam especificaram que os nomes das ruas estavam associados a pessoas importantes. A explicação apresentada, apesar de estar incorreta, uma vez que o nome atribuído às ruas, na Idade Média, estava relacionado com os ofícios praticados na época, sabemos que alguns dos topónimos medievais foram alterados, dando lugar a nomes de pessoas, como é o caso da Rua da Sota, atual Rua Borges Carneiro.



**Figura 4.** “Teria existido alguma razão para se atribuírem a essas ruas determinados nomes? Explica a tua ideia dando um exemplo.”

Fonte: Elaboração própria

Com base na figura 4, é possível perceber que a palavra *sim* foi muito utilizada pelos alunos, ou seja, os alunos que responderam consideraram que existe uma razão para se atribuírem às ruas

da Idade Média determinados nomes. No entanto, tal como foi referido, os alunos que responderam não têm noção dos nomes das ruas que existiam na Idade Média, julgando que os nomes dessas ruas estavam associados a nomes de pessoas, pessoas importantes, uma vez que as palavras mais referidas foram *pessoa, nome, importante*, entre outras.

Em relação ao segundo tema, a primeira pergunta formulada foi a seguinte: “Onde viviam os membros do clero integrados numa ordem religiosa?”. Nesta questão, 12 alunos (48%) mencionaram o local onde viviam os monges ou as monjas, não tendo respondido à questão 13 alunos (52%). É importante salientar que apenas um aluno referiu “mosteiros” na sua resposta afirmando o seguinte: “Podiam viver nas aldeias e nas cidades ou em mosteiros.”



**Figura 5.** “Onde viviam os membros do clero integrados numa ordem religiosa?”  
Fonte: Elaboração própria

Como é possível constatar pela figura 5, o termo *igreja* foi o que mais vezes os alunos referiram.

Na segunda questão desse grupo, foi perguntado aos alunos “A que atividades se dedicava o clero?”. Responderam à questão 17 alunos (68%), não tendo respondido 8 alunos (32%). Entre os que responderam, sete alunos evidenciaram que o clero se dedicava à “igreja”.



**Figura 6.** "A que atividades se dedicava o clero?"  
Fonte: Elaboração própria

Palavras como *igreja*, *clero*, *rei*, *religião*, *ajudar* foram referidas, frequentemente, pelos discentes, como ilustra a figura 6. As palavras *rezar/rezava* e *ensinar* são, da mesma forma, termos que remetem para as atividades ou funções do clero, porém, apenas foram mencionados em três respostas.

Relativamente, à questão "Indica a(s) razão(ões) para o clero ser um grupo social privilegiado", 11 alunos (44%) responderam à questão, não tendo respondido 14 alunos (56%).

Nesta pergunta, o objetivo era que os alunos referissem os benefícios que o clero detinha, ou seja, a situação de privilégio do clero em relação ao grupo não privilegiado, o povo, nomeadamente, no que diz respeito, por exemplo, ao acesso à cultura, ao não pagamento de impostos e ao recebimento de rendas e impostos. Pela análise das respostas dos alunos, constata-se que o nível de conhecimento dos alunos sobre este assunto é vago, sendo que os alunos que responderam não detêm a noção do que se entende por um "grupo social privilegiado", ainda que compreendam que um grupo social privilegiado tem mais direitos e mais regalias do que um grupo social não privilegiado.



**Figura 7.** “Indica a(s) razão(ões) para o clero ser um grupo privilegiado.”  
 Fonte: Elaboração própria

A figura 7 evidencia as palavras mais repetidas nas respostas dos alunos, como é o caso da palavra *clero*, grupo social em foco na pergunta formulada, bem como *igreja*, espaço a que os alunos associaram o grupo social em análise. As palavras *importante* e *impostos* também foram referidas nas respostas dos alunos, comprovando que os alunos consideram que os membros do clero são pessoas *importantes* e recebem *impostos*, ainda que não haja referência a outros direitos do clero.

Na pergunta “Refere o nome das igrejas na Baixa e na Alta de Coimbra que já existiam na Idade Média”, 8 alunos (32%) não responderam a essa questão, tendo respondido 17 alunos (68%). Catorze dos alunos que responderam indicam, na sua resposta, a Igreja/Mosteiro de Santa Cruz e/ou a Sé Velha, monumentos, de facto, construídos na Idade Média e que são importantes para a cidade e de referência a nível nacional. Saliente-se que cinco alunos mencionaram igrejas que conheciam, mas que não se localizam nem na Baixa, nem na Alta de Coimbra, como é o caso da Igreja de Santo António dos Olivais ou a Igreja de São José. Este facto pode ocorrer por desconhecimento do termo *Baixa*, como referimos, mas também do termo *Alta*, termo que os conimbricenses fazem corresponder à área territorial que se encontra no interior da antiga muralha medieval.



**Figura 8.** “Refere o nome das igrejas na Baixa e na Alta de Coimbra que já existiam na Idade Média?”  
Fonte: Elaboração própria

A figura 8 evidencia que a palavra *igreja* deteve o maior destaque nas respostas dos alunos, o que se compreende dado que se solicitava a indicação de igrejas construídas na Idade Média, quer na Alta, quer na Baixa. As palavras *santa* e *cruz* destacam-se igualmente, remetendo para a o Mosteiro de Santa Cruz, construção medieval, com a qual os alunos evidenciaram estar familiarizados. Com menor destaque, referida por cinco alunos, encontra-se a palavra *sé-velha*, construção na Alta, de origem românica, bem como a palavra *Tiago*, nome da igreja na Baixa, também românica, a igreja de S. Tiago. De referir que quatro alunos salientaram a Igreja de Santo António, uma igreja situada na paróquia dos Olivais, zona de Coimbra que não se encontra na área da Alta e que na Idade Média não existia ainda, dado que no local havia apenas um pequeno ermitério. Outras igrejas enunciadas foram a Sé Nova, que apesar de estar situada na Alta, não é de origem medieval e *São José*, igreja construída no século XX, fora da zona, quer da *Baixa*, quer da *Alta*. Por sua vez, o termo *Teotónio*, foi associado por um aluno a uma igreja que também não se localiza nem na baixa, nem na alta de Coimbra. Por sua vez, *jerónimo* é um nome associado a um antigo colégio, o colégio de S. Jerónimo, situado na Alta, colégio que um aluno identificou como sendo um mosteiro.

Quanto à última questão do teste, esta foi formulada do seguinte modo: “Apresenta características dessas igrejas”. Esta questão foi aquela em que os alunos revelaram mais

dificuldades, evidenciando-o assim que receberam o enunciado, não compreendendo o que era para responder e sentindo-se um pouco perdidos. Com efeito, as respostas comprovam a dificuldade que tiveram, dado que, entre os 8 alunos (32%) que responderam à questão, nenhum deles apresentou uma resposta que fosse ao encontro do que era pretendido.



**Figura 9.** “Apresenta características dessas igrejas.”  
Fonte: Elaboração própria

Tal como a figura 9 ilustra, os alunos identificaram como características das igrejas *velha*, *antiga/s*, *enorme*, *pedra*, remetendo também a resposta, quer para D. Afonso Henriques sepultado em Santa Cruz, quer para D. Sancho I sepultado na mesma igreja. A título de exemplo, um aluno afirma “Santa Cruz tem D. Afonso Henriques sepultado” e outro “Nessa igreja está sepultado D. Afonso Henriques e D. Sancho I”.

Face à análise feita em relação ao teste inicial foi possível verificar que os alunos da turma detinham alguns conhecimentos, ainda que não evidenciassem o domínio dos conteúdos relacionados com a unidade didática a lecionar, ao mesmo tempo que, ao nível da história local, se verificou que os alunos detinham dificuldades na identificação e caracterização dos recursos patrimoniais locais relativos ao período histórico em foco na nossa investigação.

## **2. Planificação da Unidade Didática**

A planificação da unidade didática é um dos elementos fundamentais para o sucesso do ensino e da aprendizagem. Assim, é fundamental que o professor tenha uma visão global acerca dos conteúdos programáticos que vai lecionar ao longo do ano, dos tempos letivos que tem à sua disposição durante a semana e dos objetivos gerais da sua disciplina. Além disso, também deve ter em consideração as características da turma e as condições oferecidas pela escola. Nesse sentido, o ensino do professor não se deve centrar somente na transmissão de conteúdos, mas também no desenvolvimento de capacidades e competências nos alunos.

Deste modo, a planificação do ensino e da aprendizagem deve desenvolver-se por unidades didáticas, permitindo que haja uma articulação entre os conteúdos e as aulas lecionadas, dando-se mais importância aos objetivos gerais do que aos objetivos específicos de cada aula (Proença, 1989). Para a elaboração deste plano, o professor deve ter em mente uma linha conceptual acerca da unidade didática que vai lecionar, os conhecimentos prévios dos alunos, ou pré-requisitos, os objetivos gerais e os objetivos específicos, ou descritores de desempenho, os conteúdos programáticos que vai lecionar, as estratégias que vai utilizar, o tipo de avaliação que vai adotar, os instrumentos de avaliação e o tempo disponível para a unidade didática. Para além destes elementos, também é necessário perceber qual o material indispensável para a aula (Proença, 1989).

A unidade didática “Portugal nos séculos XIII e XIV” foi planificada tendo em conta as características e interesses dos alunos e as orientações da professora cooperante, que nos deu a oportunidade de explorar a unidade didática de acordo com os objetivos da nossa investigação. Com efeito, face ao objetivo geral e aos objetivos específicos do nosso trabalho, procedemos à planificação da unidade didática interligando-a com a História local de Coimbra, tomando como referência os recursos patrimoniais locais (cf. Anexo D).

O teste inicial foi elaborado e entregue à turma antes de começarmos a lecionar. Este, tal como foi referido no ponto 3, do Capítulo 2 - Parte I, implicou apenas itens relativos a testes de composição ou ensaio, concedendo toda a liberdade ao aluno na forma de abordar a questão, na escolha da informação a utilizar e na organização da resposta. Todos os itens eram de composição curta, não permitindo construir grandes textos e desenvolvendo capacidades de síntese, o que é desejável que aconteça num teste inicial com este tipo de itens (Proença, 1989).

Para se verificar se as aprendizagens e competências que se visaram na leção da unidade didática foram alcançadas pelos alunos e a fim de compreendermos a importância da mobilização de recursos patrimoniais locais no ensino-aprendizagem da História e da Geografia de Portugal do 2.º CEB, objetivo geral do nosso estudo, elaborámos no final da leção da unidade didática, um novo teste. Este teste não teve a mesma finalidade que o teste inicial, por isso a formulação de questões e o tipo de perguntas foi alterado. Este teste final acaba por ser uma junção dos testes de composição ou ensaio e os testes objetivos. Tal como Proença (1989) refere, nos testes de composição ou ensaio “o aluno redige as suas respostas às perguntas formuladas, tendo uma relativa liberdade na forma de abordar o problema, na organização da resposta e na ênfase a atribuir a cada aspeto da resposta” (p. 159) e nos testes objetivos “só admite uma resposta previamente determinada, [permitindo] avaliar uma grande variedade de resultados de aprendizagem” (p. 159). Esta autora refere, ainda, que, nos testes objetivos, os itens de maior objetividade são os de escolha múltipla e os de correspondência ou associação (Proença, 1989).

### **3. Orientações Curriculares**

Ao longo da intervenção foram abordados diferentes conteúdos, com base nas orientações curriculares e documentos normativos atualmente em vigor. Assim, o Programa de HGP (Ministério da Educação, 1991a; Ministério da Educação, 1991b), as Metas Curriculares de HGP (Ribeiro, Nunes, Nunes, Almeida, Cunha & Nolasco, 2013) e as Aprendizagens Essenciais do 5.º ano de HGP (Ministério da Educação, 2018) não só têm como objetivo fomentar a compreensão do aluno face ao “papel fundamental que a História e a Geografia desempenham para o estudo da evolução histórico-cultural e territorial do país” (Ministério da Educação, 2018, p. 2), como também, deverão desenvolver as competências do aluno, para que este seja capaz de “gerir o território e os recursos de que dispomos, incluindo os patrimoniais, a diferentes escalas” (Ministério da Educação, 2018, p. 2).

Deste modo, o Programa de HGP enquadra os conteúdos lecionados no tema “Portugal no Passado” e no subtema “Portugal no século XIII” (Ministério da Educação, 1991b). Quanto aos objetivos gerais para a aprendizagem da unidade didática abordada, este documento considera que os alunos devem desenvolver os conceitos de diferença e contraste através do



conhecimento da distribuição das diferentes atividades económicas e dos modos de vida do clero e do povo, distinguir diferenças entre este período e a nossa época, sensibilizando-os para o conceito de mudança, reconhecer no património cultural testemunhos deste período, sensibilizando-os para os conceitos de permanência e mudança, assim como desenvolver a sensibilidade estética através da apreciação de criações artísticas (Ministério da Educação, 1991b).

Simultaneamente, as Metas Curriculares “ajudam a encontrar os meios necessários para que os alunos desenvolvam capacidades e adquiram conhecimentos indispensáveis ao prosseguimento dos seus estudos e às necessidades da sociedade atual” (Ribeiro et al., 2013, p. 1). No nosso trabalho os conteúdos centraram-se no domínio “Portugal do século XIII ao século XVII” e no subdomínio “Portugal nos séculos XIII e XIV”, sendo necessário que os alunos compreendam as relações entre as principais atividades económicas dos séculos XIII e XIV e os recursos naturais disponíveis e que conheçam e compreendam aspetos da sociedade e da cultura medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV (Ribeiro et al., 2013; Ribeiro, Nunes & Cunha, s.d.).

Relativamente às Aprendizagens Essenciais, estas incidem sobre as competências a desenvolver no aluno de modo a permitir que este mobilize saberes já adquiridos para a construção de novos conhecimentos (Ministério da Educação, 2018). Nesse sentido, pretende-se que os alunos consigam caracterizar os modos de vida dos grupos sociais do clero e do povo; relacionar a organização do espaço português do século XIII com os recursos naturais e humanos e com a distribuição das atividades económicas; reconhecer a importância assumida pela expansão de feiras e de mercados no crescimento económico do século XIII; identificar monumentos representativos do período, com e sem preocupações de estilo e ainda identificar/aplicar os conceitos: território, produção artesanal, comércio, nobreza, clero, ordem religiosa e mosteiro (Ministério da Educação, 2018). Com estas aprendizagens, “o aluno deve desenvolver um conjunto de competências específicas da disciplina, transversais a vários temas e anos de escolaridade, que se articulam com as áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (Ministério da Educação, 2018, p. 2) esperando-se que o aluno consiga conhecer, sempre que possível, episódios da História regional e local, valorizando o património histórico e cultural existente na região/local onde habita/estuda e, também, seja capaz de desenvolver a sensibilidade estética (Martins, Gomes, Brocardo, Pedroso, Carrillo, Silva, Encarnação, Horta, Calçada, Nery & Rodrigues, 2017).

#### 4. Descrição das Aulas

##### 1ª aula (Anexo E)

Na primeira aula, a professora estagiária abordou os conteúdos relacionados com o clero, enquanto grupo social, as suas funções na sociedade medieval e a arte na Idade Média.

A professora estagiária iniciou aula questionando os alunos sobre o referido grupo social, ativando os seus conhecimentos prévios. Foi possível perceber o que cada um dos alunos conhecia acerca deste grupo social privilegiado, procurando-se, por sua vez, evidenciar as diferenças entre a nobreza e o clero, uma vez que o grupo social da nobreza havia sido estudado, com a professora cooperante, antes da fase de intervenção. Entre as diferenças mencionadas, foram destacados aspetos como a forma deste grupo social se organizar, onde vivia, as suas funções na sociedade medieval, entre outros aspetos.

Posteriormente, foi abordada a diferença entre clero regular e clero secular, especificando-se as condições em que viviam esses membros do clero, as suas obrigações e as atividades associadas a cada grupo. Posteriormente, a professora estagiária perguntou aos alunos da turma que mosteiros medievais conimbricenses conheciam, sendo então mencionado, pelos alunos, o Mosteiro e Igreja de Santa Cruz, monumento mencionado em aulas anteriores, quando foi feita referência a D. Afonso Henriques na formação do Reino de Portugal.

Uma vez identificado o principal mosteiro conimbricense da Idade Média, em conjunto com a professora estagiária, os alunos identificaram os espaços característicos de um mosteiro, tomando como exemplo o Mosteiro de Santa Cruz. Assim, através da aplicação *PowerPoint*, do *Microsoft Office*, foram apresentados os diferentes espaços do Mosteiro de Santa Cruz. É importante referir que o Mosteiro de Santa Cruz foi sofrendo alterações ao longo do tempo e, por isso, alguns dos espaços deste mosteiro foram destruídos ou entregues a outras entidades que os remodelaram, como é o caso da biblioteca ou *scriptorium*, a albergaria, a enfermaria, o dormitório e os campos, que já não integram o património atual de Santa Cruz. Deste modo, os espaços apresentados aos alunos foram aqueles que existem atualmente e que podem ser visitados. Esta situação foi explicada aos alunos e o estudo dos espaços que já não pertencem a Santa Cruz foi realizada através de imagens de outros mosteiros nacionais ou através de ilustrações.

Na sequência da exposição efetuada foram abordadas as funções ou atividades do clero, tanto o regular, como o secular, sendo explicado que, como os clérigos pertenciam a grupos diferentes, também tinham funções diferentes. A partir desta explicação foi construído um esquema síntese no quadro, tendo os alunos, conjuntamente com a professora estagiária, apresentado as suas ideias, primeiramente, em relação às funções ou atividades do clero secular e, posteriormente, em relação ao clero regular. Como as funções do clero regular eram de maior complexidade para os alunos, já que se verificou que poucos haviam tido contacto com monges ou monjas, para se facilitar a aprendizagem foi efetuada a articulação das funções do clero regular com a vida de Santo António, um monge nascido em Lisboa, na época medieval, que estudou em Coimbra e morreu em Itália. Nesse contexto foi apresentada uma imagem de Santo António para se compreender se os alunos reconheciam o santo. Depois de ter sido efetuada a sua identificação, foi apresentada à turma a sua biografia, sendo partilhada com os alunos a informação relativa ao local de nascimento de Santo António, o seu nome de batismo, o motivo da sua presença em Coimbra e o seu percurso religioso. Depois, os alunos, através de um diálogo, relacionaram a vida de Santo António com as principais funções do clero regular, visto que foi a este grupo que ele pertenceu.

Para consolidar a matéria abordada na aula até àquele momento, os alunos visualizaram um vídeo sobre o assunto, procurando-se com o mesmo sintetizar os conteúdos acerca do grupo social do clero e os espaços de um mosteiro medieval.

Depois de lecionados os conteúdos relacionados com o clero, os alunos iniciaram o estudo da arte na Idade Média, nomeadamente, os estilos arquitetónicos que surgiram na época. Nesta parte da aula, a professora estagiária começou por interligar os dois conteúdos, reconhecendo, com os alunos, os edifícios principais relacionados com o grupo social estudado anteriormente.

A última atividade do dia foi introduzida do seguinte modo: a professora estagiária organizou a turma em pequenos grupos de 3/4 elementos e atribuiu-lhes um edifício religioso medieval conimbricense. Os alunos identificaram o edifício e reconheceram, com base no manual do aluno (Marinho & Gago, 2016), o estilo arquitetónico do monumento que lhes foi atribuído. Os monumentos atribuídos aos alunos foram a igreja de São Tiago (Estilo românico), a igreja da Sé Velha (Estilo românico), o claustro da Sé Velha (Estilo gótico) e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Estilo gótico). Cada monumento foi atribuído a dois grupos diferentes, constituindo-se oito grupos.

Nesta parte da aula, a professora estagiária adotou o método de ensino por descoberta, fazendo com que a abordagem formal destes conteúdos fosse realizada apenas no final da atividade e não no início. Deste modo, os alunos compreenderam as características de um dos estilos arquitetónicos medievais através de pesquisa e do trabalho de grupo e aprenderam as características do outro estilo arquitetónico através do ensino realizado pelos seus pares, quando estes apresentaram o seu trabalho à turma.

Para garantir que a matéria foi compreendida entre os diferentes alunos dos grupos, a professora estagiária acompanhou os trabalhos elaborados pelos alunos, certificando-se que tinham ideias claras e corretas sob o ponto de vista científico (cf. Anexo E).

A avaliação desta aula foi realizada através de uma grelha de observação, com a qual se procurou evidenciar os objetivos específicos e competências desenvolvidas na aula (cf. Anexo F).

## 2ª aula (Anexo G)

A segunda aula teve como objetivo a conclusão dos trabalhos de grupo, iniciados na aula anterior, a sua apresentação, bem como a consolidação e conclusão do tema relativo aos estilos arquitetónicos na Idade Média.

Desta forma, a aula começou da mesma maneira como terminou a anterior, uma vez que a primeira tarefa passou por os alunos concluírem os trabalhos de grupo, iniciados na última aula. Os alunos acabaram os trabalhos de grupo e organizaram a forma de apresentação do trabalho, dividindo a parte oral por todos os colegas ou atribuindo a alguns colegas essa responsabilidade. É importante referir que os alunos, para a exposição do trabalho podiam utilizar qualquer recurso existente na sala de aula: folhas de papel, fotografias disponibilizadas, o computador e o projetor.

À medida que esta atividade decorreu, a professora estagiária circulou pela sala de modo a compreender que todos os trabalhos estavam a ser concluídos, acompanhando também a gestão da apresentação oral, salientando, perto dos alunos, que esta apresentação deveria ser sucinta e clara para que os colegas compreendessem o trabalho desenvolvido.

Posteriormente, os alunos apresentaram os seus trabalhos, existindo grupos que apenas expuseram os conteúdos oralmente, outros que recorreram às fotografias, indicando as

características arquitetónicas com base nas mesmas e houve, ainda, casos em que os grupos utilizaram o computador, projetando as fotografias e caracterizando os estilos, a partir de cada uma delas. Para além da apresentação do trabalho, também foi dada oportunidade, a cada grupo, de identificar aspetos positivos e dificuldades associadas à realização das tarefas.

De referir, que a professora estagiária deu oportunidade aos alunos que não estavam a expor o trabalho de evidenciarem se tinham compreendido a informação apresentada pelos colegas. Caso o grupo que estivesse a fazer a apresentação do trabalho não conseguisse esclarecer as dúvidas apresentadas, a professora estagiária intervinha procurando esclarecer as dúvidas.

Na fase final da aula, foi efetuada a consolidação dos conteúdos, recorrendo-se, para o efeito, à aplicação *PowerPoint Microsoft Office*. Com essa apresentação, a professora estagiária procurou mostrar, com base nas imagens dos monumentos atribuídos aos grupos na aula anterior, as características de cada estilo arquitetónico da Idade Média. Para além disso, procurou que os alunos compreendessem que, em todo o país, existem monumentos da época medieval com características do estilo românico e do estilo gótico. Para o efeito, foi entregue a cada um dos alunos o que se designou “Bilhete de Identidade”, trabalho que implicava ao aluno a apresentação, em relação a cada um dos estilos, do século em que ambos os estilos surgiram em Portugal e na Europa, o que cada um representa e as suas principais características, exemplificando-se cada um dos estilos com monumentos conimbricenses atuais e referidos nas aulas anteriores. Este trabalho foi efetuado em grande grupo, com a ajuda da professora estagiária para garantir que todos os alunos da turma tinham compreendido a matéria. Para esse efeito, a professora estagiária foi gerindo a participação dos alunos, solicitando respostas a alunos que verificava que tinham mais dificuldades e esclarecendo eventuais dúvidas (cf. Anexo G).

Esta aula foi avaliada através de uma grelha de observação (cf. Anexo H).

### 3ª aula (Anexo I)

Na terceira aula, a professora estagiária abordou os conteúdos relativos ao povo, grupo social que integrava a sociedade medieval, identificando as suas características e as atividades económicas a que se dedicava.

Nesse sentido, começou por perguntar aos alunos qual seria a grande diferença entre o povo, como grupo social, e os grupos sociais caracterizados nas aulas anteriores – nobreza e clero -, numa sociedade estratificada como era a medieval, conteúdo já abordado também pela professora cooperante. Os alunos referiram que o povo era um grupo social não privilegiado e os outros dois grupos eram privilegiados.

Na sequência deste raciocínio, foi evidenciado que o povo, na Idade Média, era o grupo social que trabalhava e que era responsável pela produção interna.

Foi referido ainda, pela professora estagiária, que tal como o clero, também o povo se poderia associar a espaços diferentes, na Idade Média. Poderiam, assim, pessoas do povo estar associadas ao “mundo” rural ou ao “mundo” urbano, dependendo isso das atividades económicas que exercessem. De seguida, a professora estagiária perguntou aos alunos se conheciam os termos mencionados – *rural* e *urbano* – e explicitou-os. Posto isto, com a ajuda dos alunos foram identificadas as principais atividades económicas que eram exercidas pelo povo no meio rural e no meio urbano, sendo efetuada a sua distinção.

Nesse sentido, em relação ao meio rural, os alunos identificaram a principal atividade económica que aí ocorria, a agricultura, sendo salientado que a mesma se associava a terrenos sem qualquer tipo de construções, disponíveis para essa atividade. Por sua vez, a pesca, a criação de gado e a exploração florestal, associadas ao meio rural, também foram identificadas com relativa facilidade pelos alunos da turma. Os alunos reconheceram ainda os problemas inerentes à sociedade medieval, relacionados com as atividades económicas referidas, nomeadamente a inexistência de instrumentos e de técnicas adequadas, originando a escassez de alimento para a população, uma alimentação deficitária e, consequentemente, a vulnerabilidade à doença, como a peste, especialmente ao nível da população mais pobre.

No meio urbano, os alunos conseguiram identificar, da mesma forma, as principais atividades económicas exercidas pelo povo – comércio e produção artesanal - e reconheceram as dificuldades inerentes a estas atividades e o reduzido desenvolvimento de cidades, em Portugal, na época. O comércio, que era uma das principais atividades do povo que vivia nas cidades, estava organizado conforme os ofícios, ou seja, os artesãos ou comerciantes estabeleciam o seu negócio junto daqueles que tinham as mesmas ocupações, sendo evidenciado que os nomes das ruas estavam associados às diferentes ocupações. Tal facilitava a vida dos que produziam e

comercializavam os produtos, bem como dos que os compravam: os artesãos e comerciantes podiam comparar entre si os preços e os compradores conseguiam, mais facilmente, encontrar o que pretendiam.

Para compreender o referido, os alunos, com base numa planta da Baixa da cidade de Coimbra, foram averiguar o nome das ruas da Baixa da cidade, procurando-se que os alunos percebessem que muitos dos nomes dessas ruas remetem para determinados ofícios da época medieval.

Desta forma, a turma foi organizada em grupos de 3/4 elementos definidos pela professora estagiária para que houvesse um nível de interação maior entre os alunos, desenvolvendo capacidades de socialização e também para que os alunos com um nível de conhecimento e de empenho maior dentro da sala de aula interagissem com aqueles que detinham um nível de desempenho mais fraco na disciplina. Assim, cada grupo teve acesso a uma planta atual da Baixa da cidade de Coimbra e os alunos identificaram as ruas associadas a ofícios na Idade Média. Como existiam alguns nomes de ruas que os alunos não conheciam o seu significado, como é o caso de “Esteirinhas”, a professora estagiária projetou, com recurso à aplicação *PowerPoint*, do *Microsoft Office*, esse vocábulo, de forma a ajudar os alunos na pesquisa.

A professora estagiária circulou pela turma, garantindo que não havia dúvidas e que todos os grupos estavam a trabalhar na tarefa proposta.

Depois desta tarefa estar concluída, os alunos, escolheram um porta voz, por grupo, para apresentar uma das ruas associadas a ofícios da Idade Média (cf. Anexo J). Tendo a professora estagiária identificado onze ruas associadas a profissões na Idade Média e uma vez que foram formados apenas oito grupos, três ruas foram mencionadas pela professora. Para além disso, existem nomes de ruas que na Idade Média estavam associadas a ofícios e que hoje têm um nome diferente. Para facilitar a compreensão dessa situação, a professora estagiária distribuiu uma ficha com duas colunas: numa apresentavam-se nomes atuais de ruas de Coimbra e na outra espaços em branco a preencher (cf. Anexo K). A professora propôs aos alunos que escrevessem nos espaços em branco, à frente dos nomes das ruas atuais, os nomes que as ruas tinham na Idade Média, facultando-lhes, para isso, a informação. Por exemplo, referiu que a Rua Quebra Costas na Idade Média se chamava Rua das Tendas, a Rua da Louça chamava-se Rua dos Tintureiros, a Rua Adelino Veiga tinha o nome de Rua das Solas ou Rua dos Tanoeiros (Nogueira & Magalhães, 2008).

De referir que a professora estagiária já tinha marcado na planta os nomes das ruas que na Idade Média se associavam a profissões, propondo aos alunos, no final da atividade, que tornassem a observar na planta essas ruas cujo nome foi alterado (cf. Anexo J).

A avaliação desta aula foi feita com base nas apresentações dos alunos e, também, através de uma grelha de avaliação (cf. Anexo L).

#### 4ª aula (Anexo M)

Nesta aula os conteúdos abordados estavam relacionados com o comércio interno e o comércio externo na Idade Média.

Deste modo, a aula começou com um questionamento ativo, em grande grupo, sobre os conhecimentos prévios dos alunos, perguntando a professora estagiária o que significa “comércio externo” e “comércio interno”. A partir das respostas dos alunos averiguou-se que a turma já dominava os conceitos de importação e exportação, essenciais para a compreensão do funcionamento do comércio externo. Depois disto, a partir do mapa presente no manual do aluno (Marinho & Gago, 2016, p. 117), a turma conseguiu perceber os produtos que eram importados e exportados e quais as rotas utilizadas na época.

Quanto ao conceito de comércio interno, a professora estagiária explicou aos alunos que se tratava do comércio que se realizava dentro do país e que funcionava, maioritariamente, através de feiras e mercados, explicitando, também, as diferenças entre estes dois últimos conceitos. Para facilitar a compreensão dos conceitos, a professora estagiária deu exemplos relacionados com o que se passa atualmente na própria cidade de Coimbra, fazendo referência ao mercado da cidade, que está aberto todos os dias, enquanto as feiras só ocorrem de vez em quando, estando ainda hoje relacionadas com alguma festividade religiosa ou outro acontecimento. Na sequência dessa abordagem, a professora estagiária referiu que na Idade Média as feiras e os mercados funcionavam da mesma forma. Por exemplo, em 1377, D. Fernando concedeu uma feira franca a Coimbra, a feira de S. Bartolomeu que, segundo Nogueira e Magalhães (2008), “deveria realizar-se todos os anos de 15 de setembro a 15 de outubro dentro da cerca. [...] A feira seria no Paço Real e em redor dele” (p. 63). Quanto à Praça do Comércio, este nome só foi adotado por final do século XV, quando o mercado regular se instala na cidade de Coimbra, “na



zona do Arrabalde, na praça de S. Bartolomeu, atual Praça do Comércio ou Praça Velha” (Nogueira & Magalhães, 2008, p. 64). Com base nestas informações os alunos rapidamente começaram a participar na aula, referindo outras feiras que já tinham frequentado e outros mercados que existiam perto de Coimbra.

Para terminar a aula, os alunos participaram num jogo concebido pela professora estagiária (cf. Anexo N). Tratava-se de um jogo de perguntas e respostas sobre os conteúdos abordados durante a semana, ou seja, na terceira e quarta aulas. Para o efeito, a turma foi dividida por filas, ou seja, organizada em 4 grupos. Havia uma pergunta para cada grupo e o primeiro elemento do grupo a levantar o braço era aquele que podia responder. Caso acertasse na resposta, o grupo recebia 1 ponto. Quando este aluno não acertava a resposta, o grupo seguinte tinha oportunidade de responder e ganhar pontos. O objetivo do jogo era ganhar o máximo número de pontos, para isso o grupo tinha de dar a resposta correta às perguntas apresentadas pela professora estagiária. As perguntas eram projetadas com recurso à aplicação *PowerPoint*, do *Microsoft Office* e, para cada uma delas, existiam quatro opções de resposta (cf. Anexo N). Os pontos foram registados no quadro pela professora estagiária para que toda a turma conseguisse visualizar a sua classificação e a dos colegas.

Os jogos são recursos didáticos importantes para serem utilizados em sala de aula. Para além de ensinarem e permitirem ao professor verificar se os alunos aprenderam a matéria, também motivam os alunos, tornando-os mais participativos e mais atentos à aula (Giacomoni & Pereira, 2018) como, de facto, se verificou (cf. Anexo M).

Para a avaliação desta aula recorreu-se a uma grelha de avaliação (cf. Anexo O) e aos resultados do jogo.

## **5. Apresentação e discussão de resultados relativos ao teste final**

As informações obtidas ao longo do trabalho de investigação a que nos reportámos nos pontos anteriores, foram essenciais para compreendermos as dificuldades dos alunos e a evolução ocorrida ao nível das suas aptidões e conhecimentos. Esses indicadores também foram fundamentais para podermos ajudar os alunos a ultrapassar algumas dificuldades, ao mesmo tempo que nos iam permitindo proceder a ajustes nas decisões que tomávamos.

No final da unidade didática lecionada, “Portugal nos séculos XIII e XIV”, aproximando-nos do final da nossa intervenção, tornámos a apresentar um teste aos alunos, que designámos teste final (Anexo B) e que foi apresentado no dia 28 de fevereiro de 2020. Este teste (Anexo B) foi realizado por 23 alunos, dado que dois alunos não compareceram à aula, nesse dia.

Com esse teste procurámos compreender se os objetivos definidos foram atingidos, tendo sido possível obter também *feedback* em relação às aprendizagens dos alunos. De acordo com Fernandes (2001), não existe uma modalidade de investigação mais rigorosa que outra, utilizando dados qualitativos e dados quantitativos. O essencial na implementação do tipo de avaliação, considera o autor, é sabermos qual a utilização que vamos dar à informação obtida.

O teste final apresentava nove questões divididas em três grupos: o primeiro relacionado com o povo e as respetivas atividades económicas, o segundo relativo ao clero e a funções ou atividades que detinha e o terceiro grupo referente aos estilos arquitetónicos existentes na Idade Média.

Para a análise de resultados, foi construído um código de cores, para facilitar e tornar intuitiva a leitura, correspondendo o verde a uma resposta correta, o amarelo a respostas incompletas, ou seja, respostas que não apresentavam referência a algum/a pormenor/informação pertinente e o vermelho a uma resposta errada.

O primeiro grupo de questões foi introduzido da seguinte forma: “Depois da independência de Portugal foi necessário promover o desenvolvimento económico do país.” De seguida apresentavam-se três questões organizadas em três alíneas, conforme Tabelas 1, 2 e 3.

A primeira pergunta foi formulada do seguinte modo: “Do quadro que se segue, identifica, sublinhando, as principais atividades económicas do mundo urbano, nos séculos XIII e XIV.”

**Tabela 1**

**Pergunta 1. a) “Do quadro que se segue, identifica, sublinhando, as principais atividades económicas do mundo urbano nos séculos XIII e XIV.”**

Pergunta	Resposta
a) Do quadro que se segue, identifica, sublinhando, as principais atividades	<p>1. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>2: Comércio e Produção Artesanal</p> <p>3. Comércio e Produção artesanal</p>

<p>económicas do mundo urbano nos séculos XIII e XIV.</p>	<p>4. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>5. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>6. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>7. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>8. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>9. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>10. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>11. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>12. Comércio e Produção Artesanal</p> <p>1. Agricultura, Comércio, Produção Artesanal, Pastorícia, Exploração Florestal, Criação de Gado</p> <p>2. Agricultura e Comércio</p> <p>3. Agricultura, Comércio e Exploração Florestal</p> <p>4. Comércio, Produção Artesanal e Exploração Florestal</p> <p>5. Produção Artesanal e Exploração Florestal</p> <p>6. Agricultura, Produção Artesanal e Exploração Florestal</p> <p>7. Exploração Florestal e Produção Artesanal</p> <p>8. Comércio, Produção Artesanal e Criação de Gado</p> <p>9. Agricultura, Comércio e Criação de Gado</p> <p>10. Agricultura e Comércio</p> <p>1. Exploração Florestal</p>
---	--

Fonte: Elaboração própria

Nesta questão, os alunos apenas tinham de selecionar as respostas que lhes parecessem mais corretas, sendo um item de seleção.

Como se pode verificar na Tabela 1, todos os alunos responderam a esta questão e 52,2%, ou seja, 12 alunos selecionaram todas as respostas corretas. Por sua vez, 10 alunos (43,5%) selecionaram apenas uma resposta correta e 1 aluno (4,3%) não escolheu nenhuma das respostas certas.

Desta forma, pode-se concluir que a maioria dos alunos (12 alunos) conseguiu identificar as principais atividades do mundo urbano nos séculos XIII e XIV.

A segunda questão do primeiro grupo foi formulada do seguinte modo: “No mundo urbano, refere os motivos que levaram os artesãos a agruparem-se nas ruas por ofícios (funções)”. Tratava-se de um item de composição curta.

**Tabela 2**

**Pergunta 1. b) "No mundo urbano, refere os motivos que levaram os artesãos a agruparem-se nas ruas por ofícios (funções)."**

b) No mundo urbano, refere os motivos que levaram os artesãos a agruparem-se nas ruas por ofícios (funções).	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. “No mundo urbano os motivos que levaram os artesãos a agruparem-se em ruas por ofícios foram para o comprador saber onde encontrar e comparar preços.”</li> <li>2. “Eles ficavam nas mesmas ruas para ter os mesmos preços e para as pessoas saberem bem onde os artesãos estavam.”</li> <li>3. “Os motivos eram os comerciantes controlarem os preços e quando alguém quise-se comprar um produto, sabiam onde estava.”</li> <li>4. “No mundo urbano os motivos pelos quais os artesãos agruparem-se nas ruas por ofícios (funções) era para estarem sempre juntos e assim as pessoas já sabiam onde se situava essa profissão e para ver os preços das outras lojas para pôr um preço igual.”</li> </ol>
--	--

	<p>5. “Para poderem ter sempre os mesmos preços, para se a comida acabar ou objetos pedissem aos seus companheiros para que continuassem a vender.”</p> <p>6. “Para controlar os preços dos produtos e para os compradores saberem onde podiam encontrar cada produto.”</p> <p>1. “Os motivos eram para os compradores se conseguissem orientar.”</p> <p>2. “Agrupavam-se assim, para ser mais fácil das pessoas encontrarem o que necessitavam.”</p> <p>3. “Facilitar o comércio.”</p> <p>4. “Para quando as pessoas precisarem de alguma coisa do artesanato já saberem onde procurar.”</p> <p>5. “Os motivos que levaram os artesãos a agruparem-se era.”</p> <p>6. “Os artesãos fizeram isso para ser mais fácil de encontrar as lojas onde queriam ir.”</p> <p>7. “Porque se precisa-se de alguma coisa das outras pessoas.”</p> <p>8. “Agrupavam-se por ofícios, pois era mais fácil para o comprador chegar ao que queria comprar e ao vendedor pois eram mais e atraíam os compradores.”</p> <p>1. “Eles queriam desenvolver o comércio.”</p> <p>2. “O trabalho, a oração, a salicultura e o comércio.”</p>
--	---

	<p>3. “Para fazer mais e melhor construções e assim também mais rápido.”</p> <p>1. Não respondeu</p> <p>2. Não respondeu</p> <p>3. Não respondeu</p> <p>4. Não respondeu</p> <p>5. Não respondeu</p> <p>6. Não respondeu</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria

Nesta questão, 6 alunos (26,1%) responderam de forma correta e completa, identificando as duas razões para a organização das ruas da Baixa da cidade na Idade Média e 8 alunos (34,8%) responderam de forma incompleta, apresentando apenas uma das razões que levavam os artesãos a juntarem-se por ofício nas ruas da cidade. Por sua vez, 3 alunos (13%) não apresentaram nenhuma dessas justificações, por isso a sua resposta foi considerada errada e 6 alunos não responderam à questão, ou seja, 26,1% (cf. Tabela 2).

Assim, é possível concluir que os alunos não conseguiram dominar de igual forma o conteúdo relacionado com a questão apresentada, no entanto a maioria dos alunos da turma (14 alunos) conseguiu compreender pelo menos uma razão que levava os artesãos a agruparem-se nas ruas por ofícios.

Quanto à terceira pergunta do primeiro grupo: “Diz o nome de três ruas existentes em Coimbra, ruas que, na Idade Média, se relacionavam com ofícios de artesãos”, tratava-se também de um item de composição curta, tendo os alunos de referir nomes de ruas da Baixa e da Alta de Coimbra que existem atualmente e cujo nome está relacionado com os ofícios praticados na Idade Média.

Tabela 3

Pergunta 1. c) "Diz o nome de três ruas existentes em Coimbra, ruas que, na Idade Média, se relacionavam com ofícios de artesãos."

<p>c) Diz o nome de três ruas existentes em Coimbra, ruas que, na Idade Média, se relacionavam com ofícios de artesãos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. "Rua dos Esteireiros."</li> <li>2. "Rua dos Tamoeiros, Rua dos Sapateiros."</li> <li>3. "Rua das Padeiras, Rua da Louça e Rua do Sol."</li> <li>4. "Praça do Comércio, Rua dos Padeiros."</li> <li>5. "Rua da Sota, Rua da Moeda e Rua das Padeiras."</li> <li>6. "Rua do Sapateiro, da Moeda e do Padeiro."</li> <li>7. "Rua dos Padeiros, Rua do Artesão, Rua do Sapateiro."</li> <li>8. "Rua do Sapateiro, Rua das Padeiras, Rua do Artesão."</li> <li>9. "Rua da Moeda, Rua das Esteirinhas e Rua dos Sapateiros."</li> <li>10. "Rua da Sota, Rua da Moeda, Rua das Azeiteiras."</li> <li>11. "Rua das Padeiras, Rua das Azeiteiras, Rua das Sapateiras."</li> <li>12. "Rua das Dálías, Rua do Artesão e Rua das Padeiras."</li> <li>13. "Rua dos Sapateiros, Rua dos Ourives e Rua dos Caldeireiros."</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. "Rua das Sapateiras."</li> <li>2. "Rua do Sal, Rua da Moeda, Rua dos Sapateiros."</li> <li>3. "Rua do Sapateiro"</li> <li>4. "Rua do Artesão"</li> </ol>
---	---

	<p>5. “Rua do Sapateiro”</p> <p>6. “Rua do Sapateiro, Rua dos Peixeiros e Rua do Gado.”</p> <p>7. “Rua do Sapateiro”</p> <p>8. “Rua do Sapateiro, Rua do Artesão”</p> <p>1. Não respondeu</p> <p>2. Não respondeu</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria

Conforme a Tabela 3, é possível verificar que nenhum aluno respondeu de forma correta/completa à pergunta. A maioria dos alunos, ou seja, 56,5% (13 alunos), respondeu de forma incompleta, não identificando três ruas relacionadas com os ofícios dos artesãos, uma vez que dois alunos conseguiram identificar uma ou duas ruas, mas não selecionaram três ruas ligadas aos ofícios da Idade Média e os restantes identificaram três ruas, mas apenas uma ou duas delas estavam corretas. Por sua vez, 8 alunos (34,8%) responderam de forma errada, não referindo nenhuma rua existente em Coimbra relacionada com os ofícios dos artesãos na Idade Média e 2 alunos (8,7%) não responderam à pergunta.

Refira-se, no entanto, que apesar dos alunos não terem respondido corretamente à questão formulada, os nomes das ruas que referem estão relacionados com ofícios ou ao setor artesanal, exceto a Rua do Sol e a Rua das Dálias. Ou seja, os alunos conseguiram identificar ofícios praticados nos séculos XIII e XIV e compreender que o nome das ruas da Baixa conimbricense está relacionado com o assunto.

O segundo grupo foi introduzido da seguinte forma “Associado à cultura, o clero era um grupo social com muitos privilégios e poucos deveres”, sendo, de seguida, apresentadas três questões organizadas em alíneas, conforme Tabelas 4, 5 e 6.

A primeira questão relacionava-se com as funções do clero, pedindo-se ao aluno o seguinte: “Assinala com um X a afirmação correta”. Tratava-se de uma pergunta de escolha múltipla tendo



os alunos que selecionar, entre as três afirmações apresentadas, a que se identificava com as funções do clero.

Tabela 4

Pergunta 2. a) "Assinala com um X a afirmação correta."

a) Assinala com um X a afirmação correta.	<p>1. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>2. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>3. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>4. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>5. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>6. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>7. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>8. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>9. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>10. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>11. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>12. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>13. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p>
---	---

	<p>14. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>15. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>16. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>17. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>18. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>19. O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.</p> <p>1. O clero dedicava-se ao comércio.</p> <p>2. O clero dedicava-se ao ensino, ao trabalho nos campos e à salicultura.</p> <p>3. O clero dedicava-se ao ensino, ao trabalho nos campos e à salicultura.</p> <p>4. O clero dedicava-se ao comércio.</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria

Pela análise da Tabela 4, é possível verificar que 19 alunos (82,6%) responderam de forma correta salientando que o clero se dedicava ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração, tendo apenas 4 alunos (17,4%) respondido incorretamente.

Verifica-se, pelo exposto, que a maioria dos alunos da turma respondeu de forma correta, não podendo ocorrer respostas incompletas ou ambíguas uma vez que só uma das opções facultada estava correta.

A segunda questão relacionava-se com a identificação dos dois grupos em que se dividia o clero, devendo os alunos destacar o nome de cada um desses grupos e relacionar, cada grupo, com as suas características. Tratava-se de um item de composição curta, com preenchimento de

espaços em branco. Para responder corretamente, o aluno tinha de conhecer as funções, quer do clero secular, quer do clero regular, já que as mesmas se encontravam especificadas no exercício.

Na tabela 5, encontra-se o quadro com as respostas dos alunos a esta questão. Pela sua análise verifica-se que 5 alunos (21,7%) acertaram na resposta e 2 alunos (8,7%) apenas conseguiram identificar o nome de um dos grupos e associá-lo às suas funções, não identificando o outro grupo a que pertenciam os membros do clero na Idade Média. Por sua vez, 10 alunos (43,5%) não conseguiram identificar e relacionar as atividades a que se dedicava o clero com os nomes de cada grupo.

Muitos alunos não conseguiram relacionar estas atividades com o nome do grupo pretendido, confundindo-os. Para além disso, houve ainda 6 alunos (26,1%) que não responderam à questão apresentada.

Tabela 5

Pergunta 2. b) "O clero dividia-se em dois grupos (completa)."

<p>b) O clero dividia-se em dois grupos (completa):</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. "Secular"/"Regular"</li> <li>2. "Secular"/"Regular"</li> <li>3. "Secular"/"Regular"</li> <li>4. "Secular"/"Regular"</li> <li>5. "Secular"/"Regular"</li>   <li>1. "Secular"/"Insecular"</li> <li>2. "Irregular"/"Regular"</li>   <li>1. "Regular"/"Secular"</li> <li>2. "Regular"/"Secular"</li> <li>3. "Regular"/"Secular"</li> <li>4. "Regular"/"Secular"</li> <li>5. "Não privilegiado"/"privilegiado"</li> <li>6. "Social"/"Insocial"</li> <li>7. "Padre era o"/"da nobreza era o"</li> </ol>
---	---

	<p>8. "Auxiliar"/"Escritor"</p> <p>9. "Regular"/ Não respondeu</p> <p>10. "Regular"/"Irregular"</p> <p>1. Não respondeu</p> <p>2. Não respondeu</p> <p>3. Não respondeu</p> <p>4. Não respondeu</p> <p>5. Não respondeu</p> <p>6. Não respondeu</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria

A terceira questão do segundo grupo "Diz o nome do local onde viviam, em comunidade, os membros do clero que integravam uma ordem religiosa", supunha um item de composição curta, conforme Tabela 6.

De referir que 9 alunos (39,13%) responderam corretamente, indicando os mosteiros e/ou conventos como local onde viviam os membros do clero regular e 5 alunos (21,74%) responderam de forma incompleta ou ambígua, como é o caso da resposta "Nos mosteiros e nas igrejas" ou "Nas suas terras". Apesar dos alunos transmitirem algum conhecimento sobre o clero regular, as respostas apresentadas não poderão ser consideradas corretas.

Por sua vez, 4 alunos (17,39%) responderam de forma incorreta e 5 alunos (21,74%) não responderam à questão, não indicando qualquer local (cf. Tabela 6).

Pelo exposto, verifica-se que os alunos, no geral, apresentam ainda alguma confusão em relação ao clero regular e ao clero secular, confundindo os dois grupos.

Tabela 6

*Pergunta 2. c) "Diz o nome do local onde viviam, em comunidade, os membros do clero que integravam uma ordem religiosa?"*

c) Diz o nome do local onde viviam, em comunidade, os membros do clero que integravam uma ordem religiosa?	<p>1. "Viviam nos mosteiros."</p> <p>2. "Viviam nos mosteiros."</p> <p>3. "Nos mosteiros."</p> <p>4. "Mosteiro."</p>
--	--

	<p>5. “Conventos e mosteiros.”</p> <p>6. “Nos mosteiros.”</p> <p>7. “Mosteiros.”</p> <p>8. “Mosteiro.”</p> <p>9. “Mosteiros.”</p> <p>1. “Nos mosteiros e nas igrejas.”</p> <p>2. “Nas suas terras.”</p> <p>3. “O nome do local onde viviam os membros do clero era em conventos.”</p> <p>4. “Mosteiros e na igreja.”</p> <p>5. “Nas Igrejas e nos mosteiros.”</p> <p>1. “No castelo.”</p> <p>2. “Eles viviam na igreja.”</p> <p>3. “Nos dormitórios da Igreja”</p> <p>4. “Sé Velha”</p> <p>1. Não respondeu</p> <p>2. Não respondeu</p> <p>3. Não respondeu</p> <p>4. Não respondeu</p> <p>5. Não respondeu</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao terceiro grupo, o mesmo foi introduzido da seguinte forma “Durante a Idade Média, surgiram dois estilos arquitetónicos”. De seguida, apresentavam-se duas questões, apresentadas por alíneas, conforme Tabelas 7 e 8.

A primeira questão implicava um item de seleção ou de associação, solicitando-se aos alunos o seguinte: “Faz corresponder, a cada uma das imagens que se seguem, um dos estilos

arquitetónicos que existiram na Idade Média”. Os alunos deveriam associar a Igreja de São Martinho de Cedofeita (Fig. 2) ao estilo românico e o Mosteiro da Batalha (Fig. 1) ao estilo gótico.

Tabela 7

Pergunta 3. a) "Faz corresponder, a cada uma das imagens que se seguem, um dos estilos arquitetónicos que existiram na Idade Média."

a) Faz corresponder, a cada uma das imagens que se seguem, um dos estilos arquitetónicos que existiram na Idade Média.	<div>1. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>2. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>3. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>4. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>5. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>6. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>7. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>8. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>9. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>10. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>11. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>12. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>13. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>14. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>15. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>16. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>17. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>18. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>19. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>20. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>21. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>22. "Fig. 2"/"Fig. 1"</div> <div>1. "Fig. 1"/"Fig. 2"</div>
--	--

Fonte: Elaboração própria

Como se pode verificar na Tabela 7, 22 alunos (95,7%) responderam de forma correta, estabelecendo a associação entre o estilo arquitetónico e o monumento apresentado e apenas 1 aluno (4,3%) respondeu de forma incorreta. Pode-se, portanto, concluir que os alunos da turma conseguiram identificar o estilo arquitetónico através da apresentação de um monumento.

A segunda questão apresentava-se formulada do seguinte modo: “Indica as características dos estilos arquitetónicos que existiram na Idade Média preenchendo, com as palavras que se encontram no retângulo, o quadro que se segue”. Os alunos tinham de preencher um quadro selecionando entre as características relativas aos dois estilos, apresentadas num retângulo, as que correspondiam ao estilo românico e as que correspondiam ao estilo gótico.

Tratava-se de um item de associação entre o estilo arquitetónico e as características arquitetónicas que lhe correspondiam. Ao estilo românico o aluno teria de associar as seguintes características: *poucas aberturas, abóboda de berço, aspeto de fortaleza, arco de volta perfeita, paredes grossas* e ao estilo gótico as seguintes características: *rosáceas e vitrais, arco de volta quebrada, verticalidade, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas*.

Tal como se pode verificar pela tabela 8, 15 alunos (65,2%) conseguiram identificar e associar de forma correta seis a dez das características apresentadas, o que consideramos ser significativo. Apenas 3 alunos da turma (13%) associaram corretamente quatro a cinco características e 1 aluno (4,4%) conseguiu responder de forma acertada apenas a três características. Por sua vez, 4 alunos (17,4%) não responderam à questão (cf. Tabela 8).

Desta forma, é possível concluir que os alunos da turma apreenderam a informação relativa ao conteúdo, uma vez que a maioria dos alunos conseguiu associar ao estilo arquitetónico quase todas as características que lhe correspondiam.

Tabela 8

Pergunta 3. b) "Indica as características dos estilos arquitetónicos que existiram na Idade Média preenchendo, com as palavras que se encontram no retângulo, o quadro que se segue."

b) Indica as características dos estilos arquitetónicos que existiram na Idade Média preenchendo, com as palavras que se encontram no retângulo, o quadro que se segue:		Estilo Românico	Estilo Gótico
	1.	Poucas aberturas, abóboda de berço, arco de volta quebrada, verticalidade, arco de volta perfeita, paredes grossas	Aspeto de fortaleza, rosáceas e vitrais, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	2.	Poucas aberturas, abóboda de berço, aspeto de fortaleza, arco de volta perfeita, paredes grossas	Rosáceas e vitrais, arco de volta quebrada, verticalidade, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	3.	Poucas aberturas, aspeto de fortaleza, arco de volta quebrada, arco de volta perfeita, paredes grossas	Abóboda de berço, rosáceas e vitrais, verticalidade, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	4.	Poucas aberturas, abóboda de berço, paredes grossas, arco de volta quebrada, verticalidade	Rosáceas e vitrais, aspeto de fortaleza, arco de volta perfeita, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	5.	Poucas aberturas, verticalidade, abóboda de berço, arco de volta	Rosáceas e vitrais, arco de volta quebrada, aspeto de fortaleza, construções em altura,



		perfeita, paredes grossas	abóboda de cruzamento de ogivas
	6.	Poucas aberturas, rosáceas e vitrais, arco de volta perfeita, paredes grossas, abóboda de cruzamento de ogivas	Abóboda de berço, arco de volta quebrada, verticalidade, construções em altura, aspeto de fortaleza
	7.	Poucas aberturas, abóboda de berço, aspeto de fortaleza, arco de volta perfeita, paredes grossas	Rosáceas e vitrais, arco de volta quebrada, verticalidade, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	8.	Poucas aberturas, arco de volta perfeita, paredes grossas	Arco de volta quebrada, aspeto de fortaleza, construções em altura
	9.	Poucas aberturas, aspeto de fortaleza, verticalidade, arco de volta quebrada, paredes grossas	Rosáceas e vitrais, abóboda de berço, arco de volta perfeita, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	10.	Arco de volta quebrada, poucas aberturas, verticalidade, paredes grossas, abóboda de cruzamento de ogivas	Abóboda de berço, aspeto de fortaleza, rosáceas e vitrais, construções em altura, arco de volta perfeita
	11.	Poucas aberturas, abóboda de berço, arco de volta perfeita,	Rosáceas e vitrais, arco de volta quebrada, construções em altura,

		paredes grossas, verticalidade	abóboda de cruzamento de ogivas, aspeto de fortaleza
	12.	Abóboda de berço, aspeto de fortaleza, arco de volta quebrada, paredes grossas, construções em altura	Poucas aberturas, rosáceas e vitrais, arco de volta perfeita, verticalidade, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	13.	Poucas aberturas, arco de volta perfeita, paredes grossas	Arco de volta quebrada, verticalidade, construções em altura
	14.	Poucas aberturas, abóboda de berço, aspeto de fortaleza, arco de volta perfeita, paredes grossas	Rosáceas e vitrais, arco de volta quebrada, verticalidade, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	15.	Abóboda de berço, aspeto de fortaleza, rosáceas e vitrais	Abóboda de cruzamento de ogivas, arco de volta perfeita, poucas aberturas
	16.	Poucas aberturas, aspeto de fortaleza, arco de volta quebrada, verticalidade, paredes grossas	Abóboda de berço, rosáceas e vitrais, arco de volta perfeita, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	17.	Poucas aberturas, abóboda de berço,	Rosáceas e vitrais, arco de volta quebrada,

		verticalidade, arco de volta perfeita, paredes grossas	aspeto de fortaleza, construções em altura, abóboda de cruzamento de ogivas
	18.	Poucas aberturas, aspeto de fortaleza, arco de volta perfeita, paredes grossas	Construções em altura
	19.	Poucas aberturas, construções em altura, aspeto de fortaleza, verticalidade, paredes grossas	Rosáceas e vitrais, arco de volta quebrada, abóboda de berço, arco de volta perfeita, abóboda de cruzamento de ogivas
	20.	Não respondeu	
	21.	Não respondeu	
	22.	Não respondeu	
	23.	Não respondeu	

Fonte: Elaboração própria

Na última questão do grupo e, também, última questão do teste, foi solicitado aos alunos o seguinte: “Apresenta o nome de um monumento em Coimbra construído no estilo românico e outro contruído no estilo gótico”. A seguir especificavam-se, alinhados, os dois estilos arquitetónicos, seguidos de espaço em branco a preencher pelo aluno com o respetivo monumento em Coimbra, correspondendo a um item de composição curta.

Nesta questão, como ilustra a Tabela 9, 6 alunos responderam corretamente (26,1%), 8 alunos responderam de forma incompleta (34,8%) e 3 alunos responderam de forma errada (13%). Por sua vez, apenas 6 alunos não responderam (26,1%).

Tabela 9

Pergunta 3. c) "Apresenta o nome de um monumento em Coimbra construído no estilo românico e outro contruído no estilo gótico."

<p>c) Apresenta o nome de um monumento em Coimbra construído no estilo românico e outro contruído no estilo gótico.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. "Igreja de Santiago"/"Mosteiro de Santa Clara-a-velha"</li> <li>2. "Igreja de São Tiago"/"Mosteiro de Santa Clara-a-Velha"</li> <li>3. "Sé Velha"/"Claustro Da Sé Velha"</li> <li>4. "Sé Velha (igreja)"/"Mosteiro de Santa Clara"</li> <li>5. "Sé Velha"/"Santa Clara-a-velha"</li> <li>6. "Igreja da Sé Velha"/"Claustro da Sé Velha"</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. "Sé Velha"/"Sé Nova"</li> <li>2. "Igreja de São Tiago" (Estilo Românico)</li> <li>3. "Igreja da Sé Velha"/"Largo da Sé Velha"</li> <li>4. "São Tiago"/"Sé Nova"</li> <li>5. "Sé Velha" (Estilo Românico)</li> <li>6. "Claustro da Sé Velha" (Estilo Gótico)</li> <li>7. "Igreja de São Pedro"/"Mosteiro de Santa Clara"</li> <li>8. "Igreja da Sé Velha"/"Igreja de S. Tiago"</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. "Mosteiro de Santa Clara"/"Sé Velha"</li> <li>2. "Igreja"/"Igreja de Santa Clara"</li> <li>3. "Mosteiro de Santa Clara-a-velha"/"Mosteiro de São Tiago"</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não respondeu</li> <li>2. Não respondeu</li> <li>3. Não respondeu</li> </ol>
---	--

	4. Não respondeu 5. Não respondeu 6. Não respondeu
--	--

Fonte: Elaboração própria

## 6. Avaliação das aprendizagens e balanço do trabalho de investigação

Como parte integrante de qualquer investigação em educação, a avaliação é um elemento fundamental neste processo. Neste caso, a mesma foi realizada mediante a análise de comportamentos, atitudes e conhecimentos dos alunos, recorrendo-se, para o efeito, a diferentes instrumentos de avaliação.

A avaliação deve ser realizada ao longo do processo de investigação. Por outras palavras, a avaliação é um processo contínuo e sistemático e não deve ocorrer apenas na fase final da investigação, permitindo readaptar o plano de intervenção elaborado inicialmente e, dessa forma, ir ao encontro dos interesses e necessidades dos alunos (Vasconcelos, 2011).

Para além disso, a avaliação não deve ter como objetivo a classificação. Proença (1989), a esse propósito, refere que a avaliação permite comparar a situação na qual o aluno se encontra com aquela que se desejaria que o aluno estivesse naquele momento. Esta informação permite ao professor procurar as causas e encontrar soluções para estas discrepâncias, adaptando as estratégias a utilizar. Neste sentido, a avaliação é um instrumento essencial no progresso do aluno, no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, facilitando-o. Ou seja, a avaliação funciona como um *feedback* constante, tanto para o aluno, como para o professor. Por esse motivo, o diálogo deve ser fomentado na sala de aula, permitindo aos alunos mostrar o que já compreendem em relação aos conteúdos lecionados e possibilitando ao professor identificar o que ficou bem feito e o que ainda pode ser melhorado nas aulas, fornecendo orientações ao aluno sobre como ultrapassar as suas dificuldades (Fernandes, 2001; Proença, 1989; Ministério da Educação, 2014).

Segundo Capucha (2008), a avaliação é o elemento central de qualquer projeto de investigação, visto que permite determinar os níveis dos objetivos alcançados pelos alunos, mas também avaliar o conjunto de impactos que produz e os procedimentos que conduziram a tais impactos. De forma mais particular, este autor salienta que se a investigação for realizada no decurso da

intervenção, a avaliação pode ser um instrumento de apoio ao professor, permitindo que este reflita sobre as atividades, percebendo se estas estão a ter resultados e quais são as estratégias mais benéficas para os alunos.

Em relação ao estudo que realizámos, foi possível concluir, com base na observação direta e nos trabalhos realizados pelos alunos, que a mobilização de recursos patrimoniais locais foi pertinente no ensino-aprendizagem da HGP no 2.º CEB, objetivo geral por nós definido no início da investigação. De um modo geral, os alunos mantiveram-se interessados, evidenciando curiosidade pelos recursos patrimoniais apresentados, mostrando-se recetivos e empenhados nos trabalhos que envolviam recursos locais. A História local, muitas vezes, foi ponto de partida para os alunos partilharem alguma história pessoal relacionada com os locais patrimoniais e os conteúdos lecionados, apreendendo conhecimentos de uma maneira significativa.

Em relação aos objetivos específicos definidos, foi possível, com base na História e no património de Coimbra, compreender a relevância da História local na aprendizagem de conteúdos de HGP uma vez que, em diferentes momentos em que recorremos a recursos do património local indissociáveis da história da cidade, verificámos que foi facilitada a apreensão dos conteúdos programáticos.

A título de exemplo, podemos referir o caso em que se recorreu à planta da cidade de Coimbra na aprendizagem das atividades económicas medievais, comprovando-se que ocorreram aprendizagens com a atividade, especificamente, quando colocámos a questão “Diz o nome de três ruas existentes em Coimbra, ruas que, na Idade Média, se relacionavam com ofícios de artesãos”. Nesta questão, os alunos compreenderam que os nomes das ruas das cidades medievais estavam relacionados com profissões exercidas nessas vias, tal como é possível verificar na tabela 3. Também em relação aos estilos arquitetónicos medievais a apreensão de conhecimentos sobre o tema poderá ter sido facilitada pelo trabalho efetuado em sala de aula como o recurso à história de Coimbra e ao seu património contruído (cf. Anexo F). Fazendo-se a comparação entre as respostas dos alunos no teste inicial em que se procurou compreender os conhecimentos que detinham sobre o tema (cf. Figura 9) e as respostas apresentadas no teste final (cf. Tabelas 7, 8 e 9), constata-se que, na sua maioria, os alunos apreenderam conhecimentos e compreenderam o conteúdo em análise.

No que concerne ao objetivo compreender conceitos relacionados com o ensino da História, tomando como referência acontecimentos da história local, as aprendizagens também terão sido facilitadas pela relação efetuada em sala de aula entre determinados conteúdos e acontecimentos da história local. Terá sido o caso em que foram abordadas as funções e atividades do clero recorrendo-se à figura de Santo António ou a análise do comércio interno, tomando-se como referência uma feira que existia em Coimbra na época medieval. Com efeito, os momentos de partilha e cooperação ocorridos foram essenciais para a construção de aprendizagens ativas e significativas.

Quanto ao último objetivo, valorizar testemunhos históricos do património local na aprendizagem da HGP, é de referir que, em diferentes momentos, os conteúdos programáticos foram associados à valorização dos recursos patrimoniais locais, sendo, através dessa estratégia, facilitada a aprendizagem dos alunos.

Podemos considerar que os alunos atingiram, na sua maioria, os objetivos propostos, desenvolvendo aprendizagens significativas em relação aos conteúdos abordados ainda que, alguns alunos da turma, não tenham atingido esse patamar. Um trabalho continuado com a turma seria pertinente e vantajoso.

Apesar de tudo, consideramos que, globalmente, as atividades planificadas foram concretizadas e os alunos apresentaram, normalmente, bastante empenho e curiosidade no desempenho das atividades propostas. Por sua vez, foi possível perceber que os alunos conseguiram compreender a importância da história e do património da cidade de Coimbra na compreensão da História nacional, tendo sido alertados para a necessidade de conhecer o meio onde vivem e no qual se encontram inseridos, valorizando o património e a história de uma localidade.

## **LIMITAÇÕES DO ESTUDO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**



A prática educativa, indissociável da formação de um professor, é fundamental no seu percurso formativo, uma vez que lhe proporciona uma experiência enriquecedora a nível pessoal e lhe faculta a integração em sala de aula, no desempenho de funções docentes.

No nosso caso, com efeito, a prática educativa levou-nos a ter contacto com uma nova realidade, uma vez que foi a primeira vez que desempenhámos funções de docência com alunos do 2.º CEB. Tal facto exigiu uma grande capacidade de adaptação e ajuste da nossa parte às condições oferecidas pela escola na qual foi desenvolvido a intervenção, nomeadamente ao nível dos recursos materiais, físicos e humanos. Esta capacidade de adaptação proporciona uma preparação essencial em termos futuros, facultando aprendizagens de diversos níveis, nomeadamente em situações inesperadas e pontuais, bem como permite trabalhar novas metodologias em contextos diversificados com crianças até então desconhecidas.

A realização e o planeamento de uma investigação, por sua vez, é sempre uma experiência enriquecedora em termos de formação. Neste caso, foi uma experiência integralmente nova, tendo-nos possibilitado o desenvolvimento de um trabalho de investigação apelativo e exigente. Nesse percurso, deparámos, também, com algumas dificuldades, que foram ultrapassadas com o auxílio dos professores que acompanharam o nosso percurso.

Das dificuldades sentidas em trabalhar com a metodologia de investigação-ação, a maior dificuldade centrou-se no planeamento das atividades do projeto, uma vez que este abordava conteúdos relacionados com a História nacional, na sua relação com a História local. Esta era uma abordagem com a qual não tínhamos familiaridade, por isso foi preciso desenvolver muito trabalho, com as exigências que o mesmo impunha, nomeadamente, ao nível da pesquisa e conceção de atividades, tendo estas de ser exequíveis e significativas para os alunos. Deste modo, ultrapassado obstáculo a obstáculo, pensamos que conseguimos alcançar os objetivos definidos, transmitindo novas ideias e novos conhecimentos aos alunos através de tarefas motivadoras e significativas.

A reação dos alunos em relação às atividades que foram propostas ao longo da intervenção foi sempre difícil de antecipar, dado que as mesmas eram muito diferentes das apresentadas pela professora cooperante. Nesse sentido, houve algumas atividades em relação às quais o *feedback* foi mais positivo do que estávamos à espera e outras em que se tiveram de fazer algumas

alterações, pois as reações dos alunos a determinadas propostas evidenciavam a necessidade de se proceder a certos ajustamentos e modificações em atividades futuras.

A principal dificuldade foi a gestão dos alunos em sala de aula, quer ao nível do seu comportamento, quer ao nível da sua participação. Tratando-se de uma turma muito participativa, tornou-se evidente a necessidade de uma boa gestão das diferentes intervenções em sala de aula, havendo que definir regras, tendo em vista melhorar a oportunidade e pertinência destas.

Outra dificuldade sentida durante a intervenção relacionou-se com a diferenciação pedagógica. A pedagogia diferenciada corresponde a uma pedagogia que vai ao encontro das “necessidades dos alunos para que possam evoluir ao longo do seu percurso de aprendizagem” (Martins, 2016, p. 38), atribuindo-se importância às preferências dos mesmos, às suas competências e aos seus interesses, para que estes se sintam motivados. Esta pedagogia, indissociável da experiência docente, esteve presente, sempre que foi possível, ao longo da intervenção neste projeto de investigação, tentando-se ensinar cada aluno de maneira diferente, de acordo com as suas características e necessidades, nunca esquecendo, no entanto, que os alunos de uma turma também deverão trabalhar em conjunto.

Relativamente às limitações ou dificuldades com que deparamos ao longo do processo de intervenção, o mesmo foi afetado, conforme já referimos na introdução deste Relatório, uma vez que em meados de março, todos os estabelecimentos de ensino foram encerrados, devido à pandemia de Covid-19, não tornando a reabrir durante o ano letivo. Este foi um momento de grande agitação e imprevisibilidade que condicionou o nosso trabalho, conforme referenciámos.

Para além disso, a planificação de visitas de estudo como recurso didático que desejávamos apresentar não foi possível ocorrer dado que a maioria dos elementos do Conselho de Turma não aprovou a iniciativa. Com a realização de visitas de estudo, tínhamos como objetivo levar os alunos a (re)conhecer determinados locais de Coimbra associados às temáticas focadas em sala de aula, para que se pudessem envolver na cultura local e se sentissem motivados na descoberta do património da cidade e da sua história, suscitando-lhes, de uma outra maneira, o gosto pela descoberta e pela investigação.

Apesar das dificuldades encontradas ao longo do processo de investigação, esta experiência teve muitos pontos fortes. Desde logo, a cooperação entre todos os intervenientes neste projeto,

nomeadamente, os professores que o orientaram, pois mostraram-se sempre disponíveis para nos ajudar e para dar algum *feedback* depois das atividades realizadas em sala de aula. A relação com os alunos da turma também foi bastante significativa e gratificante, uma vez que os alunos evidenciaram normalmente muito à vontade para falar, esclarecer dúvidas ou debater algum assunto, nunca faltando ao respeito.

De um modo geral, o trabalho foi bem conseguido e orgulha-nos a sua realização. As atividades apresentadas foram diferentes daquelas a que os alunos estavam habituados, com abordagens novas, em que a pesquisa, o conhecimento das dificuldades e os interesses dos alunos da turma foram respeitados. Foi assim possível contruir conhecimentos significativos a partir de elementos associados à história local e aos recursos patrimoniais de Coimbra, tão importantes na história da região e do país.

De referir que as críticas foram sempre bem recebidas e tomadas em consideração. Foi possível, ainda, estabelecer relações a nível afetivo com os alunos da turma, mantendo o respeito dentro da sala de aula. As situações não previstas e as limitações surgidas foram superadas.

Face ao exposto, consideramos que esta foi uma experiência muito enriquecedora, dado que tivemos, por parte da professora cooperante, total liberdade no que concerne às atividades e estratégias a utilizar. Ao longo do ano letivo, houve uma aprendizagem relativamente ao processo de planeamento e de intervenção ao nível de uma investigação e foi possível compreender a necessidade de um professor potenciar as aprendizagens dos alunos, sabendo que os mesmos detêm interesses e características diversas que o professor deverá procurar conhecer. Em suma, esta investigação permitiu compreender o trabalho de um professor, que deve ser sempre contínuo, percebendo aspetos que deverão estar presentes ao nível da prática docente.

Como afirma García (1999) os docentes são “entendidos não como consumidores de conhecimento, mas como sujeitos capazes de gerar conhecimento e de valorizar o conhecimento valorizado por outros. [...] a formação de professores deve estimular a capacidade crítica” (p.30), promovendo, um ambiente favorável ao desenvolvimento intelectual, social e emocional dos alunos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Almeida, É. & Solé, G. (2015). *O património histórico como recurso pedagógico para a construção do conhecimento histórico*. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIE), Instituto de Educação, Universidade do Minho. Consultado a 23 de janeiro de 2019, em [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/53127/1/%C3%89rica%20Almeida%20%26%20Gl%C3%B3ria%20Sol%C3%A9-book-Educacao\\_Patrimonial.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/53127/1/%C3%89rica%20Almeida%20%26%20Gl%C3%B3ria%20Sol%C3%A9-book-Educacao_Patrimonial.pdf)
- Almeida, É. & Solé, G. (2017). *Património histórico de Braga como recurso didático: um estudo com alunos do 5.º ano de escolaridade*. Porto: CITCEM. Consultado a 19 de janeiro de 2019, em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/53137/1/Ebook\\_Epistemologias\\_e\\_Ensino\\_de\\_Histria\\_%20%C3%89rica%20Almeida%20%26%20Gl%C3%B3ria%20Sol%C3%A9.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/53137/1/Ebook_Epistemologias_e_Ensino_de_Histria_%20%C3%89rica%20Almeida%20%26%20Gl%C3%B3ria%20Sol%C3%A9.pdf)
- Almeida, J. F. (2001, novembro). Em Defesa da Investigação-ação. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 37, 175-176.
- Alves, L. A. M. (2014). *A História local como estratégia para o ensino da História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Consultado a 22 de janeiro de 2019, em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8786/2/4880.pdf>
- Amado, J. & Cardoso, A. P. (2017). A Investigação-ação e as suas Modalidades. In J. Amado (Coord.), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. (pp. 189-206). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Barros, C. H. F. (2013). *Ensino de História, Memória e História local*. Rio de Janeiro: Universidade Salgado de Oliveira. Consultado a 21 de janeiro de 2019, em <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/viewFile/1247/1191>
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bento, A. (2012, abril). Investigação quantitativa e qualitativa: Dicotomia ou complementaridade?. *Revista JÁ (Associação Académica da Universidade da Madeira)*, 64, 40-43.
- Bodgan, R. C., Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.

Câmara Municipal de Coimbra (s.d.). *Coimbra: Mapa/Map*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Capucha, L. M. A. (2008). *Planeamento e Avaliação de Projectos - Guião prático*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Chaffer, J. & Taylor, L. (1984). *A História e o Professor de História*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cole, M. & Cole, S. R. (2004). *O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente* (M. F. Lopes, Trad.). Porto Alegre: Artmed Editora.

Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J. & Vieira, S. (2009). Investigação-ação: Metodologia Preferencial nas Práticas Educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, 8(2), 455-479.

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho. *Diário da República n.º 129 – Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. Retirado de <https://dre.pt/application/conteudo/115652961>

Esteves, A. J. (1986). A Investigação-ação. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia Das Ciências Sociais* (pp. 264-278). Porto: Edições Afrontamento.

Estrela, A. (2015). *Teoria e prática de observação de classes: Uma estratégia de formação de professores* (4.ª ed.). Porto: Porto Editora.

Fernandes, D. (2001). Avaliar para Melhorar as Aprendizagens: Análise e Discussão de Algumas Questões Essenciais. In I. Fialho & H. Salgueiro (Orgs.), *TurmaMais e Sucesso Escolar: contributos teóricos e práticos* (pp. 81-108). Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora.

García, C. M. (1999). *Formação de Professores – Para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora.

Giacomoni, M. P. & Pereira, M. N. (2018). *Jogos e ensino de história*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Marinho, P. & Gago, M. (2016). *Era uma vez... 5*. Porto: Porto Editora.
- Martins, C. S. S. (2016). *O sentido da pedagogia diferenciada no 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico*. Santarém: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.
- Martins, G. O., Gomes, C. A. S., Brocardo, J. M. L., Pedroso, J. V., Carrillo, J. L. A., Silva, L. M. U., Encarnação, M. M. G. A., Horta, M. J. V. C., Calçada, M. T. C. S., Nery, R. F. V. & Rodrigues, S. M. C. V. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Ministério da Educação (1991a). *Organização Curricular e Programas*. Volume I. *Ensino Básico 2º Ciclo. História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Ministério de Educação/Departamento de Educação Básica.
- Ministério da Educação (1991b). *Programa de História e Geografia de Portugal: Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*. Volume II. *Ensino Básico 2º Ciclo*. Lisboa: Ministério de Educação/Direção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário.
- Ministério da Educação (1998). *Organização Curricular e Programas - 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Departamento de Educação Básica.
- Ministério da Educação (2014). “Avaliar para Melhorar Aprendizagens e Resultados”. *Portefólio de Medidas de Promoção para o Sucesso Educativo*, pp. 14-15.
- Ministério da Educação (2018). *Aprendizagens Essenciais: Articulação com o perfil dos alunos*. Lisboa. Obtido em 20 de maio de 2020, em [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/2\\_ciclo/5\\_historia\\_e\\_geografia\\_de\\_portugal.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/2_ciclo/5_historia_e_geografia_de_portugal.pdf)
- Nogueira, I. & Magalhães, R. R. (2008). *Coimbra: Das Origens a finais da Idade Média*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra - Departamento da Cultura, Gabinete de Arqueologia Arte e História.

- Piaget, J. & Inhelder, B. (1973). As Operações “concretas” do pensamento e as relações interindividuais. In Piaget, J. & Inhelder, B. (Coords.), *A Psicologia da Criança* (pp. 81-110). São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Pombal, B. M. O., Lopes, C. M. S. S. & Barreira, N. A. V. (2008). *Importância da recolha de dados na avaliação de Serviços de Documentação e Informação*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Proença, C. (1989). *Didática da História*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Proença, M. C. & Manique, A. P. (1994). *Didática da História*, Lisboa: Texto Editores.
- Ribeiro, A. C. & Ribeiro, L. C. (1989). *Planificação e Avaliação do Ensino-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ribeiro, A. I., Nunes, A. N., Nunes, J. P. A., Almeida, A. C., Cunha, P. J. P. & Nolasco, C. C. (2013). *Metas curriculares. 2º Ciclo do Ensino Básico. História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Ribeiro, A. I., Nunes, J. P. A. N. & Cunha, P. J. P. (s. d.). *Documento de Apoio às Metas curriculares de História e Geografia de Portugal (2.º Ciclo do Ensino Básico)*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Santos, J. J. C. (2007). Do Local ao Global: uma reflexão sobre conceitos e práticas. *Revista Portuguesa de História*, 39, 121-123.
- Silva, F. R. (1998, maio). *História Local: Objetivos, métodos e fontes*. Texto adaptado da conferência apresentada na Casa de Cultura da Horta, Ilha do Faial.
- Telmo, I. C. (1989). *O Património e a Escola: Do Passado ao Futuro*. Lisboa: Texto Editora.
- Vasconcelos, T. (2011). Trabalho de Projeto como "Pedagogia de Fronteira". *Da Investigação às Práticas*, I (3), 8-20.
- Webqda. (2017). O WebQDA. Consultado em 15 de setemebro de 2020, em <https://www.webqda.net/o-webqda/>



## **ANEXOS**

**Anexo A. Teste inicial**

HGP	Ano Letivo 2019/2020	5.º Ano
Nome: _____		
Nº: ____ Turma: ____		Data: ____/____/____

**1. No séc. XIII o povo tinha diferentes profissões/atividades.**

a) Indica as obrigações que o povo detinha nesta época.

\_\_\_\_\_

b) A que atividades económicas se dedicava o povo?

\_\_\_\_\_

c) Identifica nomes de ruas da Baixa de Coimbra que conheces.

\_\_\_\_\_

d) Teria existido alguma razão para se atribuírem a essas ruas determinados nomes? Explica a tua ideia dando um exemplo.

\_\_\_\_\_

**2. O clero era um dos grupos sociais com mais privilégios.**

a) Onde viviam os membros do clero integrados numa ordem religiosa?

\_\_\_\_\_

b) A que atividades se dedicava o clero?

\_\_\_\_\_

c) Indica a(s) razão(ões) para o clero ser um grupo social privilegiado.

\_\_\_\_\_

d) Refere o nome das igrejas na Baixa e na Alta de Coimbra que já existiam na Idade Média?

\_\_\_\_\_

e) Apresenta características dessas igrejas.

\_\_\_\_\_

## Anexo B. Teste final

HGP	Ano Letivo 2019/2020	5.º Ano
Nome: _____		
Nº: ____ Turma: ____		Data: ____/____/____

### 1. Depois da independência de Portugal foi necessário promover o desenvolvimento económico do país.

a) Do quadro que se segue, identifica, sublinhando, as principais atividades económicas do mundo urbano, nos séculos XIII e XIV.

Agricultura	Comércio	Produção artesanal
Pastorícia	Exploração florestal	Criação de gado

b) No mundo urbano, refere os motivos que levavam os artesãos a agruparem-se nas ruas por ofícios (funções).

---

---

---

---

---

c) Diz o nome de três ruas existentes em Coimbra, ruas que, na Idade Média, se relacionavam com ofícios de artesãos.

---

---

---

---

### 2. Associado à cultura, o clero era um grupo social com muitos privilégios e poucos deveres.

a) Assinalada com um X a afirmação correta.

- ☐ O clero dedicava-se ao ensino, ao auxílio dos mais necessitados e à oração.
- ☐ O clero dedicava-se ao ensino, ao trabalho nos campos e à salicultura.
- ☐ O clero dedicava-se ao comércio.

b) O clero dividia-se em dois grupos (completa):

O clero \_\_\_\_\_ que se dedicava ao auxílio da população e vivia perto desta e o clero \_\_\_\_\_ que vivia em mosteiros e que se dedicava ao ensino, à oração e à cópia de livros importantes.

c) Diz o nome do local onde viviam, em comunidade, os membros do clero que integravam uma ordem religiosa?

---

**3. Durante a Idade Média, surgiram dois estilos arquitetónicos.**

a) Faz corresponder, a cada uma das imagens que se seguem, um dos estilos arquitetónicos que existiram na Idade Média.

Estilo Românico: Fig. \_\_\_\_\_

Estilo Gótico: Fig. \_\_\_\_\_



Fig. 1 - Mosteiro da Batalha (Turismo de Portugal, 2013)



Fig. 2 - Igreja de São Martinho de Cedofeita, no Porto (Visitporto.travel, s.d.)

b) Indica as características dos estilos arquitetónicos que existiram na Idade Média preenchendo, com as palavras que se encontram no retângulo, o quadro que se segue:

<b>Poucas aberturas/abóbada de berço/rosáceas e vitrais/aspecto de fortaleza/ arco de volta quebrada/verticalidade/construções em altura/arco de volta perfeita/abóbada de cruzamento de ogivas/paredes grossas</b>
---

Estilo Românico	Estilo Gótico

--	--

c) Apresenta o nome de um monumento em Coimbra construído no estilo românico e outro construído no estilo gótico.

- Estilo Românico: \_\_\_\_\_
- Estilo Gótico: \_\_\_\_\_

**Anexo C. Respostas dos alunos ao teste inicial**

Perguntas	Respostas
1. a) Indica as obrigações que o povo detinha nesta época?	<p>R: "Cultivar os territórios da Nobreza e do Clero."</p> <p>R: "Nesta época as obrigações do povo eram servir o rei, pagar os impostos e trabalhar nas terras da nobreza."</p> <p>R: "As obrigações do povo era trabalhar muito"</p> <p>R: "Respeitar o Rei e fazer o que o Rei e os Cleros mandavam fazer."</p> <p>R: "Tinham de pagar os impostos do Clero"</p> <p>R: "Eram tratar dos terrenos do nobre e frequentemente dar uma coisa, regularmente comida"</p> <p>R: "Pagar muitos impostos, trabalhar muito."</p> <p>R: "Ir trabalhar para as terras dos reis e Cleros."</p> <p>R: "As atividades eram caças, fazer camisolos."</p> <p>R: "Pagar os impostos ao clero."</p> <p>R: "Era ir às cortes do rei."</p> <p>R: "Cultivar terras."</p> <p>R: "As obrigações do povo era dar comida ao Rei."</p> <p>R: "O povo nesta época as obrigações eram servir o rei e no seu trabalho dar metade do que cultivava ou produziu."</p> <p>R: "Pescador, caçador, construtor, ...(sic)"</p> <p>R: "O povo tinha como obrigação pagar um imposto ao rei"</p> <p>R: "Trabalhar para grupos privilegiados e o rei; pagar impostos, prestar serviços exigidos pelos senhores."</p>
<b>*8 alunos não responderam.</b>	
1. b) A que atividades económicas se dedicava o povo? *	<p>R: "Agricultura, casa"</p> <p>R: "Dedicava-se à agricultura, tecelagem, fabrico de vasos..."</p> <p>R: "Trabalhar."</p>

	<p>R: "Eles dedicavam à Agricultura."</p> <p>R: "Agricultura, pesca e criação de gado"</p> <p>R: "Á agricultura"</p> <p>R: "O povo dedicava-se à agricultura"</p> <p>R: "Agricultura, comércio, ferreiro"</p> <p>R: "Trabalhar na agricultura"</p> <p>R: "À caça"</p> <p>R: "Na pesca, na agricultura e na caça"</p> <p>R: "Ao comércio, à pesca, ao gado"</p> <p>R: "Praticava a agricultura."</p> <p>R: "Agricultura, pesca"</p> <p>R: "A agricultura criação de gado"</p> <p>R: "As atividades económicas que o povo se dedicava era ao artesanato, agricultura, pesca e "vendas"."</p> <p>R: "Agricultura, tecelagem, mobiliário"</p> <p>R: "Ao cultivo de alimentos"</p> <p>R: "Á agricultura, pesca"</p> <p>R: "Agricultura, pesca, artesãos de diferentes ofícios e mercadores"</p>
<b>* 5 alunos não responderam.</b>	
1. c) Identifica nomes de ruas da Baixa de Coimbra que conheces. *	<p>R: "Rua dos Combatentes."</p> <p>R: "Rua da biblioteca."</p> <p>R: "Rua Fernão Magalhães"</p> <p>R: "Couraça de Lisboa"</p> <p>R: "Rua Ferreira Borges, Terreiro da Erva e Rua Fernão de Magalhães"</p> <p>R: "A praça do Coimbra."</p> <p>R: "Fernando de Magalhães"</p> <p>R: "Rua Biçaia barreto, Quebra Costas"</p> <p>R: "Avenida Sá da Bandeira"</p>
<b>* 16 alunos não responderam.</b>	
1. d) Teria existido alguma razão para se atribuírem a essas ruas determinados nomes? Explica a tua ideia dando um exemplo. *	<p>R: "Sim, porque as ruas devem ter esses nomes devido a uma pessoa ou a uma ação (Rua dos Combatentes)."</p> <p>R: "Rua Ferreira Borges: Nome de alguma pessoa que foi importante"</p> <p>R: "Porque alguma pessoa importante tinha esse nome."</p>

<p><b>*20 alunos não responderam.</b></p>	<p>R: “Sim, deverião ter sido pessoas importantes”</p> <p>R: “Sim, porque eram pessoas importantes e para isso deram esses nomes às ruas, por exemplo avenida Sá da Bandeira era um senhor que tinha esse nome.”</p>
<p>2. a) Onde viviam os membros do clero integrados numa ordem religiosa? *</p> <p><b>* 13 alunos não responderam.</b></p>	<p>R: “Na igreja”</p> <p>R: “Igrejas”</p> <p>R: “Nos castelos do Rei”</p> <p>R: “Viviam em igrejas”</p> <p>R: “Na igreja”</p> <p>R: “Eles viviam nas suas terras que recebiam do povo.”</p> <p>R: “Eles viviam na igreja”</p> <p>R: “Na igreja.”</p> <p>R: “No castelo”</p> <p>R: “No castelo ou na igreja”</p> <p>R: “Nas igrejas.”</p> <p>R: “Podiam viver nas aldeias e nas cidades ou em Mosteiros.”</p>
<p>2. b) A que atividades se dedicava o clero? *</p>	<p>R: “Às atividades religiosas”</p> <p>R: “A ensinar e a espalhar a sua religião.”</p> <p>R: “Rezava”</p> <p>R: “Ele dedicava-se à Igreja”</p> <p>R: “Em ajudar o Rei”</p> <p>R: “Recebiam os impostos do povo”</p> <p>R: “O Clero dedicava-se à igreja”</p> <p>R: “Rezar”</p> <p>R: “Ajudar o rei”</p> <p>R: “O clero dedicava-se a igrejas e coisas parecidas”</p> <p>R: “O clero andava com o rei nos seus chamados”</p> <p>R: “O clero dedicava-se à religião cristã, á igreja”</p> <p>R: “À igreja”</p> <p>R: “Dedicava-se à igreja”</p> <p>R: “À missa e à religião”</p>



<p><b>* 8 alunos não responderam.</b></p>	<p>R: “O clero dedicava-se à cultura religiosa, à igreja” R: “Dedicava-se à religião”</p>
<p>2. c) Indica a(s) razão(ões) para o clero ser um grupo social privilegiado. *</p>	<p>R: “Por “onrar” (sic) Jesus.” R: “Pois tinham comida, caze e dinheiro” R: “Era porque tinham uma posição importante para o Rei.” R: “As razões pelas quais o clero ser um grupo social privilegiado é porque o cristianismo e a igreja permaneceram na história de Portugal” R: “Era porque o clero dedicava-se a igrejas e porque ganhavam muitas terras” R: “Porque o clero era quem casava os reis e as rainhas” R: “Pertencia à igreja” R: “Por causa da igreja” R: “Porque não pagava impostos, mas recebiam os impostos do povo” R: “O clero era quem se dedicava à igreja e simboliza a cultura religiosa. Por tanto tinha direito a privilégios.” R: “Porque tinha um papel muito importante no espiritual dos guerreiros”</p> <p><b>*14 alunos não responderam.</b></p>
<p>2. d) Refere o nome das igrejas na Baixa e na Alta de Coimbra que já existiam na Idade Média? *</p>	<p>R: “Igreja de Santo António.” R: “A igreja S. António dos Olivais, a igreja de S. José.” R: “Igreja de Santa Cruz...” R: “Igreja de Santa Cruz” R: “Igreja de Santa Cruz, Mosteiro de São Jerónimo e Igreja de São Teotónio.” R: “A igreja de Santa Crus” R: “A igreja de Santa Cruz” R: “Igreja de Santa Cruz” R: “Igrejas de Santo António” R: “Sé Velha, Igreja de Santa Cruz” R: “Igreja Santa Cruz” R: “O Mosteiro da Sé-Velha, o Mosteiro/Igreja de Santa Cruz”</p>

<p><b>*8 alunos não responderam.</b></p>	<p>R: "Sé velha."  R: "Sé velha."  R: "Igreja de Santa Cruz, Igreja de S. Tiago, Igreja de S. António"  R: "Igreja de Santa Cruz"  R: "Igreja de Santa Cruz, Sé Velha, Sé Nova."</p>
<p>2. e) Apresenta características dessas igrejas. *</p> <p><b>*17 alunos não responderam.</b></p>	<p>R: "É velha, alguns outros vestígios por dentro."  R: "São velhas."  R: "O D. Afonso Henriques e D. Sancho"  R: "É antiga, enorme, tem muitas pinturas, é espaço para rezar e missas e tem túmulos nomeadamente os dois primeiros reis de Portugal"  R: "Velha, feito em pedra"  R: "São bastante antigas"  R: "Santa Cruz tem D. Afonso Henriques sepultado."  R: "Nessa igreja está sepultado D. Afonso Henriques e D. Sancho"</p>

## **Anexo D. Planificação da Unidade Didática**

Domínio/Tema	Sequência da aprendizagem: número de aulas	Objetivos gerais	Conteúdos	Recursos	Avaliação	Duração
<b>Portugal do século XIII ao século XVII:</b> Portugal nos séculos XIII e XIV	Aula 1 – 5/02/2020	Conhecer e compreender aspetos da sociedade e da cultura medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Clero</li> <li>- Igreja</li> <li>- Claustro</li> <li>- Sala do Capítulo</li> <li>- Biblioteca/Scriptorium</li> <li>- Albergaria</li> <li>- Enfermaria/ Botica</li> <li>- Refeitório</li> <li>- Dormitório</li> <li>- Ordem Religiosa</li> <li>- Clero Regular</li> <li>- Clero Secular</li> <li>- Santo António</li> <li>- Mosteiro</li> <li>- Bispos</li> <li>- Monges</li> <li>- Românico</li> <li>- Gótico</li> <li>- Arquitetura</li> <li>- Arco De Volta Perfeita</li> <li>- Abóboda De Berço</li> <li>- Contraforte</li> <li>- Nave Central</li> <li>- Nave Lateral</li> <li>- Transepto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manual do aluno</li> <li>- Caderno diário</li> <li>- Material de escrita</li> <li>- Quadro</li> <li>- Giz</li> <li>- <i>PowerPoint</i> sobre clero e com imagens de igrejas de Coimbra de estilo românico e gótico</li> <li>- Vídeo da Escola Virtual: <i>O dia a dia nos mosteiros</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grelha de observação</li> </ul>	90 min

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abside</li> <li>- Deambulatório</li> <li>- Tímpano</li> <li>- Capitel</li> <li>- Coluna</li> <li>- Arquivoltas</li> <li>- Abóboda De Cruzamento De Ogivas</li> <li>- Arco De Volta Quebrava/Ogiva</li> <li>- Pináculo</li> <li>- Contraforte</li> <li>- Arcobotante</li> <li>- Rosáceas</li> <li>- Vitrais</li> </ul>			
	Aula 2 – 7/02/2020	Conhecer e compreender aspetos da sociedade e da cultura medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Arquitetura</li> <li>- Românico</li> <li>- Gótico</li> <li>- Arquitetura</li> <li>- Arco De Volta Perfeita</li> <li>- Abóboda De Berço</li> <li>- Contraforte</li> <li>- Nave Central</li> <li>- Nave Lateral</li> <li>- Transepto</li> <li>- Abside</li> <li>- Deambulatório</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manual do aluno</li> <li>- Caderno diário</li> <li>- Material de escrita</li> <li>- Quadro</li> <li>- Giz</li> <li>- PowerPoint sobre clero e com imagens de igrejas de Coimbra de estilo românico e gótico e “bilhete de identidade” dos estilos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grelha de observação</li> <li>- Trabalho de grupo</li> </ul>	45 min

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tímpano</li> <li>- Capitel</li> <li>- Coluna</li> <li>- Arquivoltas</li> <li>- Abóboda De</li> <li>Cruzamento De</li> <li>Ogivas</li> <li>- Arco De Volta</li> <li>Quebrava/Ogiva</li> <li>- Pináculo</li> <li>- Contraforte</li> <li>- Arcobotante</li> <li>- Rosáceas</li> <li>- Vitrais</li> </ul>	arquitetónicos: Românico e Gótico.		
--	--	--	--	---------------------------------------	--	--

	Aula 3 – 12/02/2020	Compreender as relações entre as principais atividades económicas dos séculos XIII e XIV e os recursos naturais disponíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Povo</li> <li>- Atividade Económica</li> <li>- Agricultura</li> <li>- Pesca</li> <li>- Exploração Florestal</li> <li>- Criação de gado</li> <li>- Salicultura</li> <li>- Alfaías agrícolas</li> <li>- Fome</li> <li>- Epidemias</li> <li>- Artesanato</li> <li>- Comércio</li> <li>- Artesão</li> <li>- Ofício</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manual do aluno</li> <li>- Caderno diário</li> <li>- Material de escrita</li> <li>- Quadro</li> <li>- Giz</li> <li>- Marcador de cor</li> <li>- Planta de Coimbra relativa à zona da Baixa</li> <li>- <i>PowerPoint</i> sobre as atividades económicas do povo na Idade Média e ficha sobre os nomes antigos das ruas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grelha de observação</li> <li>- Trabalho de grupo</li> </ul>	90 min
--	---------------------	---	--	--	---	--------

		Compreender as relações entre as principais atividades económicas dos séculos XIII e XIV e os recursos naturais disponíveis				
--	--	---	--	--	--	--



	Aula 4 – 14/02/2020		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carta de Feira</li> <li>- Almocreve</li> <li>- Feira Franca</li> <li>- Comércio Interno</li> <li>- Mercado</li> <li>- Feira</li> <li>- Comércio Externo</li> <li>- Exportação</li> <li>- Importação</li> <li>- Rota</li> <li>- Especiaria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manual do aluno</li> <li>- Caderno diário</li> <li>- Material de escrita</li> <li>- Quadro</li> <li>- Giz</li> <li>- <i>PowerPoint</i> com jogo sobre as atividades económicas do povo na Idade Média</li> </ul>	- Grelha de observação	45 min
--	---------------------	--	---	---	------------------------	--------

### **Anexo E. Planificação da primeira semana de intervenção (Aula nº 1)**

## A) Planificação Global

**Nome do/a estagiário/a:** Marta Isabel Reis Portela

**Ano de escolaridade:** 5º

## B) Planificação Geral

Domínio / Tema	Sequência da aprendizagem: número de aulas	Objetivos gerais	Conteúdos	Duração
<b>Portugal do século XIII ao século XVII</b> Portugal nos séculos XIII e XIV	Aula 1 – 05/02/2020	2. Conhecer e compreender aspetos da sociedade e da cultura medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV	Clero: domínios senhoriais e funções na sociedade A arte na Idade Média: Estilo gótico e românico	90'
	Aula 2 – 07/02/2019	2. Conhecer e compreender aspetos da sociedade e da cultura medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV	A arte na Idade Média: Estilo gótico e românico	45'

## II. Planificação de aula

### AULA 1

**Data:** 05/02/2020

**Duração:** 90'

**Domínio/tema:** Portugal do século XIII ao século XVII: Portugal nos séculos XIII e XIV

**Conteúdos:** Clero: domínios senhoriais e funções na sociedade

A arte na Idade Média: Estilo gótico e românico

#### **Objetivos gerais:**

2. Conhecer e compreender aspetos da sociedade e da cultura medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV.

#### **Descritores de desempenho:**

2.2. Referir as funções do clero.

2.3. Indicar os privilégios do clero e as obrigações dos camponeses, especialmente nos domínios senhoriais.

2.5. Caracterizar domínios senhoriais eclesiásticos, tomando como exemplo o domínio de um mosteiro ou de um domínio laico.

2.9. Identificar algumas características da arte românica e da arte gótica, em edifícios localizados em território nacional.

#### **Aprendizagens essenciais:**

- Caracterizar os modos de vida dos diversos grupos sociais (clero).
- Identificar/aplicar os conceitos: clero, ordem religiosa e mosteiro.

- Identificar monumentos representativos do período.

**Recursos:**

Humanos: Professora estagiária, alunos e professora cooperante.

Físicos: Sala A4

Materiais: Manual do aluno, caderno diário, material de escrita, quadro, giz, PowerPoint e imagens de igrejas de Coimbra de estilo românico e gótico,  
vídeo da Escola Virtual: *O dia a dia nos mosteiros*

(<https://lmsev.escolavirtual.pt/playerteacher/resource/832450/E?se=&seType=&cold=11356074&bkid=17228342?url=/playerteacher/resource/832450/E&se=&seType=&cold=11356074&bkid=17228342>)

**Avaliação:** A avaliação desta aula será realizada com base na participação dos alunos e no comportamento destes.

**Sumário:**

Os domínios senhoriais do clero: o mosteiro.

A arte na Idade Média.

**Anexo F. Grelha de observação da aula nº1**

<b>Indicadores de avaliação</b>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
O aluno é pontual	S	B	B	S	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B
Respeita o professor	S	B	B	B	S	B	B	B	I	B	B	S	S	S	B	B	B	B	S	B	B	B	B	S	B
Presta atenção à aula	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B
Respeita as ideias dos colegas	I	S	B	B	S	B	B	B	I	B	B	B	I	S	B	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B
Coopera com os colegas do grupo	I	S	B	S	S	B	B	B	I	S	B	S	I	S	B	B	B	S	I	B	B	B	I	S	B
Realiza as tarefas propostas	B	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	B	B	S	B	B	B	S	S	B
Tem iniciativa	S	S	B	S	S	B	B	B	I	S	B	S	S	I	B	B	B	S	I	B	B	B	I	S	B
Faz os registos propostos pelo professor	S	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	S	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B

Preocupa-se com a apresentação do seu trabalho	I	S	B	B	S	B	B	B	I	S	S	I	I	I	B	B	B	S	I	B	B	B	B	B	B
Utiliza vocabulário correto à aula	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	S	S	B
Intervém do modo pertinente e adequado na aula	S	S	B	B	S	B	B	B	I	B	B	B	I	B	B	B	B	B	B	B	B	B	I	S	B
Compreende as funções do clero.	S	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	S	S	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B
Indica os privilégios do clero	B	B	B	S	B	B	B	B	S	B	B	S	S	S	B	B	B	S	S	B	B	B	B	B	B
Caracteriza domínios senhoriais eclesiásticos, tomando como exemplo o domínio de um mosteiro ou	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B



de um domínio laico.																									
Consegue identificar algumas características da arte românica e da arte gótica, em edifícios localizados em território nacional.	S	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	S	S	S	B	B	B	B	B	S

**Legenda: I – Insuficiente; S- Suficiente; B – Bom**

## **Anexo G. Planificação da primeira semana de intervenção (Aula nº 2)**

## A) Planificação Global

**Nome do/a estagiário/a:** Marta Isabel Reis Portela

**Ano de escolaridade:** 5º

## B) Planificação Geral

Domínio / Tema	Sequência da aprendizagem: número de aulas	Objetivos gerais	Conteúdos	Duração
<b>Portugal do século XIII ao século XVII</b>  Portugal nos séculos XIII e XIV	Aula 1 – 05/02/2020	2. Conhecer e compreender aspetos da sociedade e da cultura medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV	Clero: domínios senhoriais e funções na sociedade  A arte na Idade Média: Estilo gótico e românico	90'
	Aula 2 – 07/02/2019	2. Conhecer e compreender aspetos da sociedade e da cultura medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV	A arte na Idade Média: Estilo gótico e românico	45'

## II. Planificação de aula

### AULA 2

**Data:** 07/02/2020

**Duração:** 45'

**Domínio/tema:** Portugal do século XIII ao século XVII: Portugal nos séculos XIII e XIV

**Conteúdos:** A arte na Idade Média: Estilo gótico e românico

#### **Objetivos gerais:**

2. Conhecer e compreender aspetos da sociedade e da cultura medieval portuguesa dos séculos XIII e XIV.

#### **Descritores de desempenho:**

2.9. Identificar algumas características da arte românica e da arte gótica, em edifícios localizados em território nacional.

#### **Aprendizagens essenciais:**

- Identificar monumentos representativos do período.

#### **Recursos:**

Humanos: Professora estagiária, alunos e professora cooperante.

Físicos: Sala A4

Materiais: Manual do aluno, caderno diário, material de escrita, quadro e giz

**Avaliação:** A avaliação desta aula será realizada com base na participação dos alunos e no comportamento destes. Para além destes aspetos, os alunos também serão avaliados com os resultados apresentados na atividade.

**Sumário:**

Apresentação e discussão dos resultados sobre as características do estilo gótico e do estilo românico.

Conclusão do estudo sobre a arte na Idade Média.

**Anexo H. Grelha de observação da aula nº2**

<b>Indicadores de avaliação</b>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
O aluno é pontual	S	B	B	S	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B
Respeita o professor	S	B	B	B	S	B	B	B	I	B	B	S	S	S	B	B	B	B	S	B	B	B	B	S	B
Presta atenção à aula	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B
Respeita as ideias dos colegas	I	S	B	B	S	B	B	B	I	B	B	B	I	S	B	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B
Intervém do modo pertinente e adequado na aula	S	S	B	B	S	B	B	B	I	B	B	B	I	B	B	B	B	B	B	B	B	B	I	S	B
Realiza as tarefas propostas	B	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	B	B	S	B	B	B	S	S	B
Tem iniciativa	S	S	B	S	S	B	B	B	I	S	B	S	S	I	B	B	B	S	I	B	B	B	I	S	B
Faz os registos propostos pelo professor	S	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	S	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B
Preocupa-se com a apresentação do seu trabalho	I	S	B	B	S	B	B	B	I	S	S	I	I	I	B	B	B	S	I	B	B	B	B	B	B

Utiliza vocabulário correto à aula	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	S	S	B
Fala de forma audível	B	I	B	S	S	B	B	B	I	S	B	B	S	S	S	B	S	B	B	I	B	B	B	B	B
Coopera com os colegas do grupo	I	S	B	S	S	B	B	B	I	S	B	S	I	S	B	B	B	S	I	B	B	B	I	S	B
Distingue o estilo românico e o estilo gótico	S	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	S	S	S	B	B	B	B	B	S
Relaciona as características de cada estilo com um monumento local	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
Identifica algumas características da arte românica e da arte gótica, em edifícios localizados em território nacional	S	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	S	S	S	B	B	B	B	B	S



**Legenda: I – Insuficiente; S- Suficiente; B – Bom**

### **Anexo I. Planificação da segunda semana de intervenção (Aula nº3)**

### A) Planificação Global

**Nome do/a estagiário/a:** Marta Isabel Reis Portela

**Ano de escolaridade:** 5º

### B) Planificação Geral

Domínio / Tema	Sequência da aprendizagem: número de aulas	Objetivos gerais	Conteúdos	Duração
<b>Portugal do século XIII ao século XVII</b> Portugal nos séculos XIII e XIV	Aula 3 – 12/02/2020	1. Compreender as relações entre as principais atividades económicas dos séculos XIII e XIV e os recursos naturais disponíveis	A exploração da terra e do mar  O artesanato e o comércio	90'
	Aula 4 – 14/02/2019	1. Compreender as relações entre as principais atividades económicas dos séculos XIII e XIV e os recursos naturais disponíveis	O artesanato e o comércio	45'

## **II. Planificação de aula**

### AULA 3

**Data:** 12/02/2020

**Duração:** 90'

**Domínio/tema:** Portugal do século XIII ao século XVII: Portugal nos séculos XIII e XIV

**Conteúdos:** A exploração da terra e do mar

O artesanato e o comércio

### **Objetivos gerais:**

1. Compreender as relações entre as principais atividades económicas dos séculos XIII e XIV e os recursos naturais disponíveis

### **Descritores de desempenho:**

- 1.1. Salientar a vulnerabilidade das populações medievais face às condições naturais e às técnicas rudimentares disponíveis.
- 1.2. Caracterizar as principais atividades económicas medievais, destacando a agricultura como atividade económica principal, bem como o desenvolvimento do comércio interno e externo.
- 1.3. Caracterizar as principais rotas de comércio externo no século XIII, salientando o papel dos portos portugueses nesse comércio.
- 1.4. Relacionar o desenvolvimento do comércio nos séculos XII e XIII com o crescimento das cidades e da população urbana no mesmo período.

### **Aprendizagens essenciais:**

- Caracterizar os modos de vida dos diversos grupos sociais (povo).
- Relacionar a organização do espaço português do século XIII com os recursos naturais e humanos e com a distribuição das atividades económicas.
- Identificar/aplicar os conceitos: território, produção artesanal e comércio.

**Recursos:**

Humanos: Professora estagiária, alunos e professora cooperante.

Físicos: Sala A4

Materiais: Manual do aluno, caderno diário, material de escrita, quadro, giz, marcador de cor, mapas da baixa de Coimbra e powerpoint sobre o tema.

**Avaliação:** A avaliação desta aula será realizada com base na participação dos alunos e no comportamento destes. Para além destes aspetos, os alunos também serão avaliados com os resultados apresentados na atividade.

**Sumário:**

Correção do trabalho de casa.

A exploração da terra e do mar.

Início do estudo sobre o artesanato e o comércio.

A toponímia da baixa de Coimbra na Idade Média.

**Anexo J. Pormenor da planta da cidade de Coimbra (Câmara Municipal de Coimbra, s.d.) com o registo do trabalho de um grupo de alunos em relação a nomes de ruas da Baixa e da Alta da cidade que remetem para a época medieval.**



**Anexo K. Ficha que identifica nomes atuais de ruas da Alta e da Baixa de Coimbra que na Idade Média tinham outro nome.**

HGP	Ano Letivo 2019/2020	5.º Ano
Nome: _____ Nº: ____ Turma: ____ <span style="float: right;">Data: ____/____/____</span>		

Nome das ruas atualmente	Nome das ruas na Idade Média
Rua Adelino Veiga	
Rua da Louça	
Rua do Corvo	
Rua Borges Carneiro	
Rua Quebra Costas	
Rua Fernandes Tomás	
Rua Direita	

**Anexo L. Grelha de observação da aula nº3**



<b>Indicadores de avaliação</b>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
O aluno é pontual	S	B	B	S	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B
Respeita o professor	S	B	B	B	S	B	B	B	I	B	B	S	S	S	B	B	B	B	S	B	B	B	B	S	B
Presta atenção à aula	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B
Respeita as ideias dos colegas	I	S	B	B	S	B	B	B	I	B	B	B	I	S	B	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B
Intervém do modo pertinente e adequado na aula	S	B	B	B	B	B	B	B	I	B	B	S	I	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B
Realiza as tarefas propostas	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Tem iniciativa	S	S	B	S	S	B	B	B	I	S	B	S	S	I	B	B	B	S	I	B	B	B	I	S	B
Faz os registos propostos pelo professor	S	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	S	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B
Preocupa-se com a apresentação do seu trabalho	S	S	B	B	S	B	B	B	I	S	S	S	S	I	B	B	B	S	S	B	B	B	B	B	B

Utiliza vocabulário correto à aula	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	S	S	B
Fala de forma audível	B	S	B	S	S	B	B	B	I	S	B	B	S	S	S	B	S	B	B	S	B	B	B	B	B
Coopera com os colegas do grupo	S	S	B	S	S	B	B	B	I	S	B	S	I	S	B	B	B	B	S	B	B	B	I	S	B
Salienta a vulnerabilidade das populações medievais face às condições naturais e às técnicas rudimentares disponíveis.	B	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	B	S	B	B	B	S	S	B	B	B	B	B	B
Identifica as principais atividades económicas medievais, destacando a	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	S	S	S	B	B	B	B	S	B	B	B	B	S	B

agricultura como atividade económica principal																									
Reconhece algumas profissões medievais desenvolvidas na cidade	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
Relaciona as profissões medievais com a toponímia local	S	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	I	B	B	B	B	B	B	B	B	B	S	B

**Legenda: I – Insuficiente; S- Suficiente; B – Bom**

### **Anexo M. Planificação da segunda semana de intervenção (Aula nº4)**

### A) Planificação Global

**Nome do/a estagiário/a:** Marta Isabel Reis Portela

**Ano de escolaridade:** 5º

### B) Planificação Geral

Domínio / Tema	Sequência da aprendizagem: número de aulas	Objetivos gerais	Conteúdos	Duração
<b>Portugal do século XIII ao século XVII</b> Portugal nos séculos XIII e XIV	Aula 3 – 12/02/2020	1. Compreender as relações entre as principais atividades económicas dos séculos XIII e XIV e os recursos naturais disponíveis	A exploração da terra e do mar  O artesanato e o comércio	90'
	Aula 4 – 14/02/2019	1. Compreender as relações entre as principais atividades económicas dos séculos XIII e XIV e os recursos naturais disponíveis	O artesanato e o comércio	45'

## II. Planificação de aula

### AULA 4

**Data:** 14/02/2020

**Duração:** 45'

**Domínio/tema:** Portugal do século XIII ao século XVII: Portugal nos séculos XIII e XIV

**Conteúdos:** O artesanato e o comércio

#### Objetivos gerais:

1. Compreender as relações entre as principais atividades económicas dos séculos XIII e XIV e os recursos naturais disponíveis

#### Descritores de desempenho:

- 1.2. Caracterizar as principais atividades económicas medievais, destacando a agricultura como atividade económica principal, bem como o desenvolvimento do comércio interno e externo.
- 1.3. Caracterizar as principais rotas de comércio externo no século XIII, salientando o papel dos portos portugueses nesse comércio.
- 1.4. Relacionar o desenvolvimento do comércio nos séculos XII e XIII com o crescimento das cidades e da população urbana no mesmo período.

#### Aprendizagens essenciais:

- Reconhecer a importância assumida pela expansão de feiras e de mercados no crescimento económico do século XIII.
- Identificar/aplicar os conceitos: território e comércio.

**Recursos:**

Humanos: Professora estagiária, alunos e professora cooperante.

Físicos: Sala A4

Materiais: Manual do aluno, caderno diário, material de escrita, quadro, giz, marcador de cor e mapas da baixa de Coimbra.

**Avaliação:** A avaliação desta aula será realizada com base na participação dos alunos e no comportamento destes.

**Sumário:**

Conclusão do estudo sobre o artesanato e o comércio.

## Anexo N. Jogo sobre atividades económicas da Idade Média



*Qual era a atividade económica predominante  
no mundo rural?*

- + Agricultura
- + Pesca
- + Produção artesanal
- + Criação de Gado



*Indica uma razão que levava o povo a não conseguir produzir a quantidade de produtos que necessitavam.*

- + Não queriam trabalhar
- + Não havia terras para cultivar
- + Havia poucas terras aráveis e as técnicas e instrumentos eram rudimentares
- + O Rei não deixava

12

*Para que servia a criação de gado na Idade Média?*

- + Para comer e ajudar a trabalhar nos campos
- + Para fazer companhia
- + Para guardar as casas
- + Para ir passear

15

*Quais as principais atividades económicas dependentes da localização geográfica?*

- + A agricultura e a exploração florestal
- + A criação de gado e a pastorícia
- + A salicultura e a pesca
- + A pesca e o comércio

18

*Quais eram as principais atividades económicas do mundo rural?*

- + A agricultura e a produção artesanal
- + A pesca e o comércio
- + A criação de gado e a exploração florestal
- + A produção artesanal e o comércio

21

*Qual a razão para os artesãos se organizarem por ofício?*

- + Para conviver
- + Para facilitar o comprador a encontrar o produto e controlar os preços dos seus produtos
- + Para dar o nome às ruas
- + Para dinamizar o centro das cidades

24

*O comércio interno dividia-se em dois tipos de prática comercial: as feiras e os mercados. Qual a principal diferença entre estes?*

- + Os produtos que vendiam
- + As pessoas que iam comprar os produtos
- + As pessoas que vendiam os produtos
- + A periodicidade

27

*Para existirem feiras, o que é que o Rei teria que dar àquele local?*

- + Dinheiro
- + Espaço para fazer a feira
- + Comerciantes
- + Carta de feira

30

*O que é um almocreve?*

- + Indivíduo que transportava produtos e mensagens
- + Indivíduo que vende produtos
- + Indivíduo que fiscaliza a feira
- + Produto que se vende numa feira medieval

33

### *O que eram as feiras francas?*

- + Uma feira onde só se vendia um produto
- + Uma feira onde só podiam ir senhores
- + Uma feira onde não se pagavam impostos
- + Uma feira onde os produtos eram mais baratos

36



**Anexo O. Grelha de observação da aula nº4**

<b>Indicadores de avaliação</b>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
O aluno é pontual	S	B	B	S	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B
Respeita o professor	B	B	B	B	B	B	B	B	I	B	B	I	S	B	B	B	B	S	I	B	B	B	B	S	B
Presta atenção à aula	I	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	S	B	I	B	B	B	S	B	B	B	B	S	S	B
Respeita as ideias dos colegas	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
Intervém do modo pertinente e adequado na aula	S	S	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B	B	B	I	S	B
Realiza as tarefas propostas	S	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	I	B	S	B	B	B	B	I	B	B	B	B	B	B
Faz os registos propostos pelo professor	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Preocupa-se com a apresentação do seu trabalho	S	S	B	B	S	B	B	B	I	B	B	I	S	I	B	B	B	S	I	B	B	B	B	B	B

Utiliza vocabulário correto à aula	S	B	B	S	B	B	B	B	S	S	S	S	S	S	B	B	B	S	S	B	B	B	B	B	B
Distingue o conceito de comércio interno e externo.	I	B	B	B	B	B	B	B	S	B	B	S	B	I	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B	B
Caracteriza as principais rotas de comércio externo no século XIII, salientando o papel dos portos portugueses nesse comércio.	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	S	S	S	B	B	B	B	S	B	B	B	B	B	B

**Legenda: I – Insuficiente; S- Suficiente; B – Bom**



